

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



III FESTA NACIONAL DO TRIGO, DE ERECHIM — A CAPITAL DO TRIGO — NO RIO GRANDE DO SUL — Desfila um grupo de coloninhas, portando feixes do nobre cereal, de cujas importações, graças aos esforços conjugados do nosso agricultor e do poder público, havemos de em breve ficar libertos. — (Foto do sr. Arnaldo Costa Porto, presidente da Associação Agropecuária Industrial de Erechim)

ANO LVIII

MARÇO - ABRIL, 1954
RIO DE JANEIRO — BRASIL

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

A GRANDE INSTITUIÇÃO DO PEQUENO DEPOSITANTE

AGÊNCIAS DE DEPÓSITOS:

AGÊNCIA CENTRAL DE DEPÓSITOS:

Av. 13 de Maio, 33/35 — Tel.: 22-3922

AGÊNCIA ANDARAÍ

Rua Farias de Brito, 7-8 — Tel.: 38-7421

AGÊNCIA BANDEIRA:

Praça da Bandeira, 41 — Tel.: 28-8050

AGÊNCIA BANGU:

Rua Francisco Real, 157 — Tel.: BNG - 1203

AGÊNCIA BOTAFOGO:

Rua Voluntários da Pátria, 278 — Tel.: 26-4457

AGÊNCIA CAMPO GRANDE:

Rua Campo Grande, 166 — Tel.: CGR - 91

AGÊNCIA CATETE:

Largo do Machado, 8-A — Tel.: 25-4529

AGÊNCIA COPACABANA:

Av. N. S. de Copacabana, 759 — Tel.: 37-4550

AGÊNCIA ILHA DO GOVERNADOR:

Rua Maldonado, 243 — Tel.: GOV - 545

AGÊNCIA MADUREIRA:

Estrada Marechal Rangel, 56 — Tel.: MH - 197

AGÊNCIA MEIER:

Rua 24 de Maio, 1321 — Tel.: 29-4713

AGÊNCIA M. FAZENDA:

Av. Pres. Antônio Carlos, 375 — Tel.: 52-3515

AGÊNCIA PEDRO II:

Pça. Cristiano Ottoni — Tel.: 43-4470

AGÊNCIA PENHA:

Praça dos Romeiros, 165-A — Tel.: 30-3490

AGÊNCIA SANTA CRUZ:

Rua Felipe Cardoso, 18 — Tel.: STC - 404

AGÊNCIA SÃO CRISTÓVÃO:

Rua São Luiz Gonzaga, 401 — Tel.: 28-8194

AGÊNCIA TIJUCA:

Rua Conde Bonfim, 5 — Tel.: 28-9226

AGÊNCIA VILA ISABEL:

Av. 28 de Setembro, 319 — Tel.: 38-3221



A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, tradicional estabelecimento de ensino profissional agrícola mantido no Penha, Distrito Federal, acaba de diplomar mais uma turma de fruticultores, floricultores e hortelões.

É esta a 14.^a turma diplomada pelo referido estabelecimento de ensino, que abriga filhos de lavradores dos Estados de Minas Gerais, Estado do Rio, Paraíba, Espírito Santo.

Na foto acima, tirada após a entrega dos certificados, vêem-se, em pé, os diplomandos e sentados o diretor, professores e assistentes da conhecida Escola.

SUMÁRIO

Sumário	1
Sociedade Nacional de Agricultura	2
O Loteamento Rural e o Abastecimento em São Paulo — Prof. Arthur Torres Filho ..	3
As Secas do Nordeste — Adalberto Serra	4
Posição atual do café — Julio Cesar Covelo	6
Financiamento da Produção	12
José de Castro Rangel	14
Formação e Aperfeiçoamento de Classificação de Produtos Vegetais — Diretor Técnico da S. N. A. Eng. Agr. Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	15
Carbúnculo Sintemático.	17
Cooperativismo — O projeto 150/47 — Fabio Luz Filho	18
Situação da Natureza no Parque Nacional de Itatiaia — Luiz Carlos de Mesquita Maia ..	22
Política Econômica do Açúcar — Prof. Romolo Cavina	23
Crédito Agrícola	26
Alimentação farta, rica e adequada durante todo ano significa boa produção animal ..	28
Adicionais sobre os preços do sal	30
Notícias e Informações	32
Está o serviço de piscicultura ultrapassado pela técnica moderna — Rui Simões de Menezes	35
Sociedade Nacional de Agricultura — Prof. Arthur Torres Filho	38
Goiás arregimenta a sua classe rural	39
Confederação Rural Brasileira — (Atividades dos meses de Fevereiro, Março e Abril) ..	41
A lavoura e a nova política — Discurso do sr. Arthur Leite	45

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES	JOSAFÁ MACEDO
ALVARO SIMÕES LOPES	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANAPPIO GOMES	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	JULIO CESAR COVELO
APOLONIO SALLES	JUVENAL LAMARTINE
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU	LAURO PIRES XAVIER
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	LAURO FORTES BUSTAMANTE
DIOGENES CALDAS	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
EDUARDO DUVIVIER	MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
EUVALDO LODI	MARCIAL G. TERRA
FABIO FURTADO LUZ	MARIO VILHENA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	NEWTON DE CASTRO BELLEZA
HUMBERTO BRUNO	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
IRI. MEINBERG	PAULO PARREIRAS HORTA
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	PEDRO FONTES
ITAGYRA BARCANTE	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
IVO LEAO	RUI CARNEIRO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
JOAQUIM CAMARA FILHO	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGÃO:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Ferro (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

MARÇO - ABRIL — 1954

O loteamento rural em São Paulo e o abastecimento

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sempre defendemos o princípio de que o Brasil precisa retirar do meio nacional seus próprios recursos, despertando novas fontes de vida de regiões tidas como decadentes ou subdesenvolvidas, proporcionando-lhes novos surtos de expansão. No momento, carecemos de soma apreciável de produção para satisfazer as necessidades da vida nacional.

A elevação da produtividade agrícola pela assistência técnica e financeira, facilitando-se a produção, circulação e consumo, representará a mais segura orientação para o problema do abastecimento dos centros populosos. A par das medidas que o Governo Federal, dentro de uma preocupação constante de estímulo à produção agro-pecuária pelo crédito agrícola, através do Banco do Brasil, a pequenos e médios agricultores, como também a arrendatários e parceiros, sob responsabilidade pessoal dos beneficiados, que-remos ressaltar de modo especial a regulamentação pelo Governo de São Paulo da lei n.º 2.085, de 27 de dezembro de 1952, sobre o financiamento para aquisição de lotes rurais. Esse financiamento tem por finalidade promover a produção de gêneros alimentícios e outras utilidades para o abastecimento da cidade de São Paulo e demais centros vizinhos. O loteamento se fará mediante a adoção de várias providências, dentre as quais merecem ser destacadas as seguintes: localização dentro de um círculo de 100 quilômetros do perímetro urbano da capital; serão preferidas as áreas de terras apropriadas a diversos tipos de exploração rural; a aquisição e o loteamento dessas áreas em lotes não superiores a vinte hectares; as vendas dos lotes feitas a prazo até 20 anos, mediante prestações; com juros calculados pela Tabela Price; garantia de prestação de assistência técnica especializada a cada uma das atividades agro-pecuárias; proporcionar por meios adequados fácil escoamento da produção; organização de cooperativas entre os componentes de mesmo agrupamento; organização de centros de atividade social para facilitar assistência escolar, médica e recreativa. As glebas destinadas ao loteamento serão examinadas e todo o programa na execução do **cinturão verde**, tão bem planejado, ficará a cargo da Secretaria da Agricultura.

Se é bem exato revestir-se de complexidade o abastecimento de uma grande cidade, por exigir medidas de conjunto, forçoso era reconhecer que o loteamento rural tanto por iniciativa oficial como particular, representa no setor da produção a mais proveitosa garantia para o bem-estar social. Sabemos quanto é deficiente em quantidade e qualidade, com preços sempre elevados, produtos de consumo imediato, como hortaliças, frutas, leite e seus derivados, aves, ovos; enfim, tudo quanto podendo ser produzido para consumo imediato e dentro das proximidades das cidades num círculo de transporte rápido, vemos essa produção deslocada para grandes distâncias. O loteamento, com a formação de chácaras, sítios e granjas, dentro de um programa de acesso fácil à terra e de princípios de livre iniciativa, como acaba de fazer o Estado de São Paulo, torna-se digno de louvores e merece todo o apoio neste momento, para o melhoramento de nossas condições econômicas e sociais.

AS SÊCAS DO NORDESTE

ADALBERTO SERRA

1 — Climatologia Equatorial

As massas de ar dos dois hemisférios se opõem ao longo de uma linha (a Frente Intre Tropical — FIT), aproximadamente paralela ao equador. Devido ao maior aquecimento nesta região, o ar que vem dos polos aí se eleva, produzindo chuvas, para depois retornar superiormente às zonas temperadas. Sem falar das que ocorrem nas altas latitudes, as correntes situadas entre os trópicos constituem os aliseos (de SE no hemisfério sul, e NE no hemisfério norte), e a respectiva ascensão conjunta na FIT produz uma zona de calmas (o doldrum), com aguaceiros e trovoadas.

A posição daquela Frente varia com as estações do ano. Realmente, pela sua maior área continental, o hemisfério norte é mais quente que o do sul, onde predominam os oceanos. A grande massa de ar frio deste último conserva assim a FIT, em média, acima do equador, embora acompanhando o movimento geral do Sol na eclítica. No verão norte, de Junho a Agosto, a referida Frente se encontra cerca de 10° N, vindo atingir sua posição extrema em Setembro, quando o polo Antártico está mais frio.

Já no verão sul, de Dezembro a Fevereiro, a FIT fica situada mais perto do equador, sua localização meridional extrema se produzindo em Março, devido agora ao intenso resfriamento do polo Ártico. Tudo o que dissemos se refere sobretudo ao Atlântico e Pacífico, a posição especial do continente asiático acarretando um regime diferente no Índico. Isto porque a Sibéria se torna, em Janeiro, um verdadeiro polo frio, com temperaturas até de — 72°, e assim, sob a influência do grande anticiclone formado, a FIT alcança nesta época a sua maior latitude sul no Índico. Em Julho, com o forte aquecimento terrestre, surge uma depressão no Thibet, e aquela Frente chega então à latitude mais setentrional, produzindo as "chuvas de monção", na Índia.

Resta detalhar a posição dos anticiclones subtropicais, ou "centro de ação": Eles se reforçam simultaneamente em Julho, e se reduzem em Janeiro. Pois no hemisfério sul predominam os mares, e a pressão total, máxima no inverno (Julho), se distribui forçosamente na área líquida, enquanto no hemisfério norte, então no verão, o grande aquecimento causa depressões continentais, ficando os mares, mais frios, sob alta pressão.

Em Janeiro porém, nas terras resfriadas do hemisfério setentrional, permanecem grandes anticiclones, estando os oceanos sob baixa pressão; os centro de ação se apresentam agora quase inexistentes, e também reduzidos, aliás, no hemisfério meridional, então sob menor massa de ar, no verão.

Na América do Sul, a FIT, que estaciona sobre a Venezuela em Setembro e Outubro, desce às Guianas em Novembro, ao Pará em Dezembro —

Janeiro, Maranhão em Fevereiro, e Ceará em Março. Volta ao Piauí em Abril, Pará em Maio, Guiana Francesa em Junho, Guiana Inglesa em Julho — Agosto, e novamente Venezuela em Setembro.

Dêsse modo, a estação chuvosa nordestina ocorrerá de Janeiro a Abril, durante o movimento extremo para sul da FIT, sendo secos os meses restantes, sob o domínio do "centro de ação" do Atlântico Sul. É claro que qualquer irregularidade na circulação geral reduzirá um pouco o percurso daquela Frente, trazendo ao Nordeste as calamitosas "sêcas".

2 — Circulação Secundária

Durante o "inverno" do Nordeste as chuvas não caem diariamente, sendo interrompidas por períodos de estiagem, tudo subordinado aos avanços e recuos da FIT. Esta é comandada, por sua vez, pelas oscilações das Frentes Polares do Atlântico Norte e Sul, que agem sincronicamente, bastando-nos assim descrever o mecanismo da última.

Chama-se Frente Polar Atlântica (FPA) à linha de descontinuidade térmica que separa os ventos frios de W-SW, circumpolares, dos mais quentes de NE a NW, provenientes do centro de ação. A FPA se estende do Chaco ao Atlântico Sul, cujo litoral corta na latitude 35°.

Pela ação solenoidal e de inércia, sofre aquela Frente ondulações, constituindo "famílias" de ciclones, que vêm ocluir na Baixa Central do mar de Weddell.

Ao fim de cada família, o acúmulo de ar polar produz, após a frente, a formação de um anticiclone frio, que impela a FPA até o trópico, na direção NE, penetrando em cunha sob o tropical quente.

A ascensão dêste redonda em nuvens e chuvas no percurso frontal, do R. G. do Sul até à Bahia, seguindo-se tempo frio e seco, sob a Alta posterior.

O centro de ação do Atlântico vai assim recuando e se reduzindo, para ser depois substituído e renovado pelo próprio anticiclone polar, quando a FPA se dissolve no trópico, sob o aquecimento geral.

1) Na época que nos interessa, verão o outono, os avanços da FPA podem ser fracos, a massa polar se derramando sobretudo no oceano mais frio. A colocação da Serra do Mar dá então àquela Frente uma orientação geral SW-NE, com chuvas contínuas no litoral sul.

2) Se, porém, o ar polar for vigoroso, o grande anticiclone pode vencer a Serra do Mar a FPA conserva uma orientação NW-SE, caminhando violentamente até a Bahia, neste caso com chuvas escassas no sul do Brasil.

1) Sob tais movimentos frontais, o centro de

ação é primeiro impellido para o Nordeste, onde a pressão sobe, recuando as chuvas continentais para o Maranhão e Amazonas. O Nordeste experimenta então bom tempo e aquecimento durante 2 a 3 dias, surgindo vento de E. e nebulosidade 3 de Cumuls, sem trovadas.

Logo porém, que a FPA atinge o E. do Rio, a resistência da Mantiqueira a desvia para leste, no oceano. O centro de ação recua então no mesmo sentido, e a pressão cai no Nordeste, ao qual voltam as chuvas continentais, enquanto as da FIT se localizam no litoral.

2) Se porém, a renovação da FPA for intensa e frequente, com grandes frentes que avançam violentamente até à Bahia, sendo logo substituídas por novas formações, a ação frontogenética atrai todos os sistemas para Sul. O centro de ação caminha nesta direção, e a FIT pode descer ao Nordeste, atingindo as suas calmas e chuvas até o limite Pernambuco-Bahia.

A pressão baixa e a temperatura declina, soprando ventos de N a NW, sob nebulosidade 8 de Cu-nimbus, com trovoadas.

Finalmente, serenada a ação da FPA, o centro de ação retorna à sua posição normal, e as chuvas da FIT recuam para norte e oeste, deixando seco o Nordeste.

3 — Previsão das Sêcas

Como já foi dito, ligeira redução de 2 a 3º no percurso para sul da FIT basta para trazer uma Sêca do Nordeste, não havendo periodicidade na escassez de chuvas.

A previsão de tais fenômenos, além da sua importância para a economia regional, viria assegurar igualmente prognósticos para outros pontos do País.

1) Vimos que as Sêcas Nordestinas ocorrem quando os avanços da FPA se tornam escassos, e com uma orientação geral SW-NE. Neste caso as chuvas se apresentam fracas no Rio, mas duradouras nos esatdos do Sul e no litoral baiano, agora sob alta pressão do anticiclone atlântico.

São também raras as invasões polares nos E. Unidos, com Altas frias de pouca intensidade no Canadá, o que redunda, para manter o forte total de massa no inverno, em um centro de ação poderoso nos Açores.

A FIT se conserva desse modo no equador, com um quadro isobárico médio, em Janeiro, idêntico ao de Julho. Em compensação, sob o grande anticiclone da Sibéria, onde o frio é in-

tenso, aquela Frente desce muito para sul, no Indico, sendo forte a monção de NE.

2) Já as grandes inundações do Nordeste correspondem a épocas de intensas e frequentes invasões da FPA até o paralelo 15º, conservando uma orientação geral NW-SE.

O sul do Brasil fica então seco e fresco, com escassas chuvas de verão, uma vez que predomina a massa polar. Também seco o litoral da Bahia, donde o centro de ação permanece afastado.

São por outro lado intensas as invasões polares nos E. Unidos, providas de forte anticiclone no Canadá e Alaska, o que redunda num fraco centro de ação nos açose, onde a pressão se conserva baixa.

Em compensação a Sibéria, agora mais quente, tem um pequeno anticiclone, e a FIT permanece muito a norte no Indico, para compensar o seu grande avanço para sul, no Atlântico.

A chave do prognóstico consiste pois em se estimar, com grande antecedência, a pressão média (Janeiro a Abril) nos Açores, através de correlações com outros pontos da Terra, e em particular com as trs "oscilações" de Walker (meridional, pacífica, e atlântica). A primeira, sobretudo, é muito significativa, e Walker estabeleceu mesmo, em 1928, uma formula de regressão para as chuvas de ortaleza. F. Baur, recentemente obteve ótimos prognósticos da pressão nos Açores, em função da atividade solar.

Dos estudos que publicamos em 1948 resultam como indícios de seca no Nordeste os valores seguintes, observados em Julho do ano anterior:

Pressão: abaixo de 1009,6mb na Groelândia Islandia e baixa no Alaska — Inferior a 1014.5 em Denver, 1017 no Havai, e 998.5 em Lahore (India) — Maior de 1018.0 em Zanzibar, 1012.0 em P. Darwin, e de 1022.0 em Capetown — Menor que 1012.8 em Samoa e 1019.0 em B. Aires; baixa nas I. Orcadas.

Temperatura: Inferior a 8º,1 na Groelândia, e 25º,0 em Tokio. Superior a 25º,2 no Havai, 32º,0 em Lahore, 25º,5 em Dakar, 25º,0 em Samoa, e 15º,0 em S. Helena. Novos prognósticos podem ainda ser feitos em Outubro e Janeiro, com técnica semelhante, e resultados mais exatos.

Em particular, os dados de julho de 1953 indicam para o Nordeste, em 1954, chuvas algo acima do normal, portanot sêca relativa na Bahia, e um verão fresco no Sul.

Contundo, só os informes de Janeiro 1954 teriam valor decisivo, no caso.

Vermes ? "HOMEOVERMIL"

Efeito seguro e rápido; gosto agradável; dose mínima;
preparação homeopata isenta de riscos para a saúde.
— E' um produto do grande laboratório de —

DE FARIA & CIA.

Matriz: RUA DE SÃO JOSÉ n.º 74 — RIO DE JANEIRO
Filiais: Rua Archias Cordeiro, 249 (Meyer) — Av. Copacabana, 710

À VENDA EM TÔDAS AS FARMÁCIAS E DROGARIAS

POSIÇÃO ATUAL DO CAFÉ

Provável situação brasileira em 1957

JULIO CESAR COVELO

A evolução do consumo mundial do café constitui, obrigatoriamente, o elemento fundamental norteador da política produtora dessa mercadoria. A inobservância desse preceito básico poderá reconduzir novamente a economia cafeeira mundial a um novo colapso semelhante ao de 1929.

PRODUÇÃO E CONSUMO

O desenvolvimento da produção e do consumo, de 1924 a 1952 obedeceu aos seguintes quantitativos, segundo dados da Divisão de Estatística do Instituto Brasileiro do Café.

O CAFÉ NO MUNDO VOLUME DE SACAS DE 60 QUILOS

Anos	PRODUÇÃO			Consumo Mundial	
	Brasil	Outros	TOTAL		
1924	14.560.000	6.762.000	21.322.000	22.944.000	
1925	15.762.000	7.052.000	22.814.000	21.707.000	— 5,3%
1926	18.117.000	7.068.000	25.185.000	23.091.000	+ 6,3%
1927	27.625.000	8.003.000	35.628.000	24.306.000	+ 5,1%
1928	16.662.000	8.860.000	25.522.000	24.290.000	— 0,6%
1929	28.942.000	8.273.000	37.215.000	24.507.000	+ 0,8%
1930	17.418.000	8.633.000	26.051.000	25.729.000	+ 4,9%
1931	28.313.000	8.287.000	36.600.000	27.947.000	+ 8,6%
1932	19.846.000	9.239.000	29.085.000	24.560.000	— 12,1%
1933	29.634.000	8.935.000	38.569.000	26.318.000	+ 7,9%
1934	18.509.000	7.699.000	26.208.000	25.292.000	— 3,8%
1935	20.927.000	10.028.000	30.955.000	27.110.000	+ 7,1%
1936	26.359.000	10.889.000	37.248.000	29.894.000	+ 5,0%
1937	24.351.000	10.011.000	34.362.000	28.478.000	+ 4,6%
1938	23.221.000	10.125.000	29.257.000	30.894.000	+ 0,3%
1939	19.138.000	10.119.000	33.346.000	30.013.000	— 4,2%
1940	16.456.000	12.138.000	28.594.000	28.728.000	— 21,6%
1941	15.797.000	15.596.000	31.393.000	22.504.000	— 13,1%
1942	13.613.000	14.878.000	28.491.000	19.550.000	— 17,0%
1943	12.160.000	15.990.000	28.150.000	20.212.000	+ 24,6%
1944	9.136.000	15.020.000	24.156.000	22.705.000	+ 12,6%
1945	12.710.000	12.478.000	25.188.000	23.994.000	+ 5,6%
1946	13.878.000	13.101.000	26.979.000	26.391.000	+ 9,9%
1947	13.603.000	14.270.000	27.873.000	27.533.000	+ 4,3%
1948	16.952.000	14.648.000	31.500.000	30.339.000	+ 10,1%
1949	16.303.000	14.236.000	30.539.000	32.500.000	+ 7,1%
1950	16.632.000	15.966.000	32.598.000	29.310.000	— 9,8%
1951	14.962.000	15.790.000	30.752.000	31.428.000	+ 7,2%
1952	16.030.000	15.557.000	31.587.000	32.553.000	+ 3,5%

Verifica-se dos números relacionados que o consumo mundial nos últimos 28 anos, cresceu de 41,8% em relação a 1924, subordinado a uma média percentual corrida de 1,4% por ano.

Esse período não poderá ser arguido de excepcional em relação às ocorrências que perturbaram a normalidade do comércio cafeeiro — ocorrências nacionais e internacionais — dado que

essas perturbações constituem fatos comuns na vida mundial desde quando sejam considerados largos períodos de tempo como aquele abrangido pela estatística retro transcrita.

Quanto à produção verifica-se um paulatino e regular crescimento do contingente fornecido pelos demais produtores concorrentes do Brasil.

Esse aumento elevou-se a 130%, observada a média regular e corrida de 4,6% ao ano, no período analisado de 28 anos.

Paralelamente a esse fato, a produção brasileira elevou-se de 81% até 1936, para regredir, verticalmente, até 1944 (37% negativos em relação a 1924) quando novamente tomou outro impulso ascensional, com um aumento de 75% sobre 1944.

De uma maneira geral a produção brasileira aumentou, apenas, de 10% em relação a 1924.

1952

Em relação à produção temos o seguinte quadro comparativo entre a situação brasileira e a dos nossos concorrentes, tomados por base os dados estatísticos referentes a 1934 e 1952.

1934

Produção Brasileira	18.509.000 sacos
Cafeeiros existentes	2.967.600.000
Média de produção por mil pés	25 arrobas
Produção Concorrente	7.699.000 sacos
Cafeeiros existentes	1.940.826.000
Média de produção por mil pés	15,7 arrobas
Produção Brasileira	16.030.000 sacos
Cafeeiros existentes	2.527.595.000
Média de produção por mil pés	25,3 arrobas
Produção Concorrente	15.557.000 sacos
Cafeeiros existentes	3.938.481.000 (x)
Média de produção por mil pés	15,7 arrobas

Por falta de estatísticas sobre a situação cafeeira dos demais países produtores em 1952, fomos obrigados a calcular o número de seus cafeeiros existentes, nesse ano, tomadas por base a respectiva produção obtida nesse período e a média de produção por mil pés, vigorante em 1934.

Os números encontrados poderão não coincidir exatamente com a realidade cafeeira daquele ano, todavia, não temos dúvida em afirmar que estão muito próximos dela.

As médias de produção por mil pés encontradas para 1934 e 1952 se referem à totalidade dos cafeeiros existentes: novos sem produção e formado.s

Quanto a cafeeiros novos, ainda improdutivo.s, a situação nos dois anos em análise (1934 e 1952) é a seguinte:

1934

CAFEIROS NOVOS EXISTENTES

No Brasil	72.045.400 pés (2,4% do total)
Nos países concorrentes	46.579.824 pés (x)

1952

No Brasil	283.277.000 (11,2% dos cafeeiros existentes).
Nos países concorrentes	441.109.000 (calculados na base de 11,2% sobre os cafeeiros existentes que, por sua vez foram também calculados na base de 15,7 arrobas de produção média para cada mil pés).

Neste capítulo a nossa ignorância de que se processa diretamente no exterior é absoluta e a falta de dados estatísticos nos força a cálculos que indiquem meramente aproximados ou estimativos.

Ninguém ignora que, mesmo no Brasil, a estatística sobre a existência de cafeeiros novos é bastante precária também.

Dai a necessidade de recorrermos a cálculos e raciocínios para a obtenção de estimativas norteadoras.

Sabemos que os surtos de plantação, maiores ou menores, ocorrem paralela e simultaneamente em todos os países produtores, tais sejam as perspectivas que o mercado mundial apresente.

De acordo com esse fato calculamos estimativamente a existência de cafeeiros novos nos demais países produtores, usando a percentagem verificada no Brasil através de seus dados estatísticos referentes a 1934 e 1952, cujos números foram acima consignados. Em 1934 existiam no Brasil 2,4% de cafeeiros novos sobre o total existente, e, em 1952, essa percentagem elevou-se a 11,2%.

Se bem que esse artifício, como já dissemos, só nos proporciona estimativas, não nos foi possível fugir a ele tanto por força da inexistência de elementos estatísticos positivos e reais sobre nossos concorrentes, como pela necessidade de situarmos, com antecipação, a situação brasileira e da concorrência, frente a um próximo panorama econômico, decorrente do comportamento estatístico da produção mundial e do consumo.

Diante da matéria exposta e dos comentários alinhados podemos prever o seguinte quadro da produção mundial provável para

1957

Produção mundial provável
(Não considerados os novos plantios a partir de 1953)

Sacos

Produção brasileira
(Base de 25,3 arrobas por mil pés) . 15.927.038

Produção concorrente

(Base de 15,7 arrobas por mil pés) . 15.458.537

Aumento de produção correspondente
aos novos cafezais:

Brasil (50 arrobas por mil pés) 3.540.962

Países concorrentes (30 arrobas por
pés) 3.308.317

Total de produção provável 38.294.000

O ano de 1957 foi tomado para base de cômputo porque nessa ocasião, os cafezais plantados em 1952 estarão plenamente formados (5 anos), inclusive aqueles que foram atingidos pela geada de 1953. Acresce mencionar que grande parte dos cafezais novos existentes em 1952 e levantados pelas estatísticas nesse período, já haviam sido plantados os anos anteriores.

Isso significa que a maior parte da lavoura nova registrada em 1952 estará com um limite máximo de idade correspondente a 8 anos, e, conseqüentemente, em franca e ótima produção. Entretanto, a produção estimada para 1957 poderá não se verificar por força exclusiva de novas ocorrências meteorológicas ou econômicas que retardam a produção ou forcem o abandono de cafezais.

As médias de produção que atribuímos aos novos cafezais foram respectivamente de 50 arrobas por mil pés no Brasil e de 30 arrobas nos países concorrentes.

Aos entendidos parecerão baixos esses quantitativos. Todavia isso não se dá porque devem ser adicionados a eles 25,3 e 15,7 arrobas respectivamente, para nacionais e estrangeiros, quantidades essas já computadas nos totais referentes aos cafezeiros existentes.

Como conclusão da análise que vimos efetuando resultará para 1957 o seguinte quadro da produção do ano em relação ao seu consumo:

1 9 5 7

Produção provável	Sacos 38.294.000
Consumo provável = ao de 1952 + 1,4% anualmente, até 1957, correspon- dentes à média anual do aumento percentual do consumo de 1924 a 1952	34.979.000
Saldo provável sem consumo	3.315.000

Diante do quadro supra verifica-se que a partir de 1957, ficará à margem de possibilidades de consumo um remanescente de 3.315.000 sacos.

EXPORTAÇÕES

O quadro das exportações brasileiras vem se conservando mais ou menos estacionário desde 1933, cuja média anual apenas atingiu a 14.374.000 sacos, havendo apenas, nesses dois lustros, variações acentuadas para menos durante os anos de guerra e para mais no após guerra, para restabelecimento dos estoques de consumo, desfalcados.

Em 1932, enquanto o Brasil exportava 14.935.000 sacos, os outros países remetiam

10.551.000. Essa situação já invertida em 1932 quando exportamos 15.821.000 para 16.312.000 dos nossos concorrentes. A pequena melhoria verificada nas nossas exportações durante o último quinquênio já está praticamente desaparecida pois que vem ela em declínio acelerado desde 1950. Os volumes exportados nesse período foram os seguintes:

1949	19.368.000
1950	14.834.000
1951	16.358.000
1952	15.821.000
1953	15.562.000

A situação exposta é bastante grave diante da probabilidade próxima de saldo de produção sobre as necessidades de um consumo que não pode ser forçado repentinamente e cujas tendências são de majorações de preços que se veem verificando.

Sobre 33 dos maiores países importadores de café brasileiro 20 reduziram suas importações em 1952 sobre as verificadas em 1935. Escolhemos 1935 para ano de comparação por ser um período já afastado dos feitos da crise de 1929 e ainda não atingido pelas resultantes diretas dos preparativos da guerra.

CONSUMO INTERNO

O consumo nacional, que, pela média per capita, pode ser aproximadamente calculado em 5.500.000 sacos por ano, exclusive o consumo, invisível das pequenas localidades e das zonas rurais, está sofrendo uma redução aproximada de 30%, correspondente a 1.650.000 sacos, por força do selevados preços a que o produto atingiu. O consumo de mate está se acentuando intensamente em substituição ao do café, ao ponto de não se falar mais em crise herveteira.

O custo da nossa produção cafeeira sofreu evolução acentuadíssima de 1932 para 1952. Essa evolução assim se apresentou, tomada por base a média de 35 arrobas por mil pés formados.

	Custo por mil pés	Custo por saco
em 1932	Cr\$ 800,00	Cr\$ 81,16
em 1952	Cr\$ 7.000,00	Cr\$ 800,00

Embora não disponhamos de dados seguros sobre os custos da produção concorrente os elementos de que dispomos nos levam à convicção de que les são bastante reduzidos em relação aos nacionais.

EFEITOS PROVÁVEIS DA SITUAÇÃO EXPOSTA

Pelo que foi examinado neste trabalho somos levados à convicção de que nos encontramos às vésperas de novo colapso cafeeiro.

Se o primeiro, de 1929, teve a potência destruidora suficiente para abalar profundamente e quase destruir a economia cafeeira e agrícola geral do país, até então considerada aquela como indestrutível, esta segunda causará danos irreparáveis e definitivos pois que só há pouco é que a combalida economia cafeeira nacional começou a convalescer da crise deflagrada há 25 anos passados.

Parece-nos que não valeu a tremenda lição resultante dos graves erros cometidos no passado.

Aquela lição, fruto principal de uma teimosa e inépta política retencionista de finalidade valorizadora artificial do produto, que obrigou, por força de outra inépcia administrativa subsequente, a queima de estoques correspondentes a 79 milhões de sacas, não produziu o menor resultado.

Volta-se hoje, inclusive, à obrigatoriedade de preços mínimos de exportação, à base do dólar, conforme determinações da Resolução n.º 66, de 8-8-53 do Ministério da Fazenda, abandonadas as sábias determinações do Instituto do Café do Estado de São Paulo vigariantes na administração Mário Tavares e abandonadas posteriormente.

Assim, a entrada obrigatória nos portos, da duodécima parte da safra média de dois anos consecutivos foi cancelada. O que está vigorando hoje, por força da resolução citada, é o limite oficial de preço mínimo do produto para o exterior, proibitivo de preços inferiores. É novamente a valorização artificial sob nova modalidade e que deverá, dentro em pouco, produzir os seus efeitos: estocagem de saldos invendáveis do produto, crescentes de ano para ano.

Não há como fugir à situação que nos espera desde que as coisas prossigam como estão. Os dados arrolados neste trabalho são otimistas. O aumento da produção, resultante dos cafezais novos que estão se formando, deverá ser muito superior ao assinalado, não só por força de mais elevada média unitária de produção que a consignada, como pela fraqueza das atuais estatísticas referentes a cafezais novos, pois que, com a extinção do D.N.C., houve interrupção dos seus serviços de levantamento e atualização estatística do cadastro cafeeiro do país, justamente no período em que mais se plantou no Brasil.

Diante do exposto somos de opinião que os saldos sem mercado no país, a partir de 1957, serão mais elevados que o assinalado neste trabalho.

Acresce mencionar que o consumo nacional foi reduzido de 30% aproximadamente.

Só no Distrito Federal, segundo o Sindicato dos Torradores de Café, houve uma redução de consumo correspondente a 30%. apenas nos últimos meses.

Se levarmos em consideração que essa redução está se processando entre uma população tradicionalmente habituada ao uso do café, pode-se aquilatar das paralelas reduções que se vêm processando no quadro do consumo mundial, e das dificuldades futuras de reconquista de ex-consumidores.

Contestamos, a priori, a pecha de pessimistas ou de derrotistas. As conclusões a que chegamos estão estribadas em fatos e números que, embora aproximados alguns destes, resistem, todavia, a conclusões diferentes.

Não percamos de vista que os produtores mundiais, concorrentes do Brasil, continuarão levando as vantagens que a nossa tradicional fraqueza de procedimento econômico lhes facultou no passado e está proporcionando na hora presente.

Para comprovação desse fato basta um simples e superficial golpe de vista sobre a estatística de seu desenvolvimento cafeeiro. Tem se processado este com absoluta regularidade matemática, superando já a situação brasileira. Não precisaríamos, portanto, para essa comprovação, de compul-

sarmos outros elementos materiais e numéricos. Em todo o caso convém frizarmos que o custo da produção concorrente é inferior ao brasileiro, assim como grande percentagem de seus cafés é de qualidade superior à dos nossos.

ADOÇÃO URGENTE DE NOVAS DIRETRIZES

Pela rápida exposição analítica das atuais condições da produção cafeeira e do consumo mundial, sente-se necessidade da adoção urgente de novas diretrizes à nossa política cafeeira, entre as quais citaremos as seguintes:

- a) Restabelecimento do Serviço Técnico do Café, como órgão subordinado e dependente do I. B. C.

A adoção dessa medida promoverá a melhoria paulatina do nosso produto e das lavouras existentes, contribuindo na redução do custo de produção.

- b) Adoção de política nacional de fertilizantes.

O campo comercial distribuidor e industrial produtor de fertilizantes e de matérias primas fertilizadoras está entregue, inteiramente, à iniciativa privada, havendo numerosos empreendimentos em execução e em projeto outros, todos agindo no sentido da obtenção de máximos lucros, sem qualquer sentido planejado em função das nossas necessidades econômicas mais imperiosas. Ao contrário. Das várias iniciativas e projeto existentes alguns se entrecrocaram pela duplicidade, com grave desperdício de capitais sempre carentes e, por isso, dignos de melhor utilização. Dispondo o país das mais variadas fontes de matéria prima utilizável, constata-se a importação de produtos dispensáveis pela existência de similares nacionais.

Diante desse aspecto imperante no momento, é a lavoura quem paga um ônus elevado para a manutenção desse estado de coisas.

Recomendamos que os poderes públicos constituam uma comissão de técnicos especializados em fertilizantes e na tecnologia industrial do ramo, a fim de que a ela sejam entregues, para estudo, todos os empreendimentos projetados e em andamento e que dependem de crédito dos bancos oficiais, a fim de que organize um plano nacional de conjunto referente à parte produtora de matérias primas fertilizadoras e de adubos sintéticos, podendo esse plano ir até a criação do monopólio estatal ou autárquico, além de promover novas iniciativas produtoras aconselháveis, diante das necessidades imperantes.

Promoveria o Governo, neste caso, a desapropriação ou encampação das entidades existentes, entregando a distribuição comercial dos produtos às firmas especializadas já existentes e mesmo a indústrias subsidiárias misturadoras e distribuidoras que vêm agindo no país. Fixaria o órgão sugerido preços básicos e percentagens de lucros aos misturadores e distribuidores. O que se verifica presentemente, quanto aos preços de fertilizantes, é a sua excessiva elevação com graves prejuízos à produção que não pode adquiri-los nas quantidades necessárias, com sérios prejuízos aos nossos custos agrícolas que se elevam de momento para momento, situando-se todos na classe dos gravosos.

c) **Novos mercados.**

Quem se dê ao trabalho de compulsar as nossas estatísticas de exportação verificará a imensa possibilidade de expansão do nosso comércio exterior. Além da possível ampliação consumidora dos nossos tradicionais fregueses europeus, americanos e asiáticos, temos ainda possibilidades plenas para negociação de grandes quantitativos na Espanha, Austria, Grécia, Israel, Austrália, Alemanha, Albânia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, União Soviética, Japão, China e România.

As providências nacionais nesse sentido devem ser promovidas com a máxima urgência, desde que, nesse terreno, os resultados não se apresentam prontamente. Os prováveis estoques disponíveis em 1957 serão facilmente absorvidos desde que o nosso Governo e o I.B.C., desde já, promovam os entendimentos preliminares indispensáveis e a continuidade de negociações permanentes visando o escoamento da nossa produção. A redistribuição do nosso café por alguns dos atuais importadores também será dificultada e finalmente eliminada, desde que ampliemos o nosso campo consumidor.

d) **Restabelecimento da antiga quota de sacrifício para consumo interno.**

Como vimos atrás o consumo nacional está regredindo de forma assustadora como consequência dos elevadíssimos preços vigentes. A única forma de fazê-lo voltar a melhores níveis é a sugerida.

Recomendamos o restabelecimento de quota de sacrifício para consumo interno, a ser fixada pelo I.B.C. e cobrada indistintamente de todos os produtores, mediante uma retribuição correspondente, no máximo, a 50% dos preços vigentes para o exterior. O próprio I.B.C. seria o distribuidor desses cafés para consumo interno.

e) **Abolição dos níveis oficiais de preços mínimos estabelecidos pela Instrução n.º 66, de 8-8-53, do Ministério da Fazenda.**

A julgo de comentário a esta recomendação basta a recordação sobre os catastróficos resultados da política de valorização artificial pela retenção, posta em prática pelo Instituto do Café do Estado de São Paulo a partir de fins de 1927.

f) **Restabelecimento da política de entrada mensal nos portos da duodécima parte da safra média de dois anos consecutivos.**

Esta política proporcionará, como no passado, equilíbrio dos preços e normalização nas operações comerciais em função da produção, além de serem eliminadas as possibilidades de sobras das safras. Os preços aos lavradores serão os legitimamente resultantes dos estoques apresentados mensalmente à exportação, impedindo ou dificultando a formação de estoques pelos intermediários e as especulações em bolsas. Pretender o Governo, com a medida hoje vigente, maior quantidade de divisas para as suas atuais necessidades prementes significa o preparo cuidadoso d um próximo e irremediável desastre cafeeiro.

Expostos que foram os vários aspectos atuais da nossa situação cafeeira, duas perguntas se impõem.

Conviria ao Brasil a proposição de um convênio cafeeiro aos demais países produtores, a fim de serem estabelecidas e cumpridas obrigações e compromissos mútuos destinados à manutenção de equilíbrio estatístico mundial? Em que as lavouras e as safras seriam reciprocamente controladas assim como respeitadas as áreas comerciais de cada um em função do consumo mundial atual e futuro? Ou, segundo, conviria a abertura de uma luta de competição com a nossa concorrência?

Neste caso, as medidas aqui preconizadas deverão ser executadas com muito mais urgência, pois que sem elas, haja ou não competição comercial, a nossa derrocada será fatal. Apenas, com a celebração de convênio, haveria possivelmente, uma agonia menos rápida da nossa organização cafeeira.

Nós, pessoalmente, somos pela luta de competição. O estabelecimento de um convênio, com numerosos participantes, além de difícil execução, não permitiria senão a manutenção das atuais posições dos respectivos signatários, permanecendo o Brasil, portanto, na sua atual posição de inferioridade. Seria, ainda, por isto, problemática a aceitação de proposta para convênio, uma vez que este so interessará aos produtores em situação de inferioridade.

Um país como o nosso, que não tem capacidade nem para evitar a reexportação do nosso café pelos países com quem celebrou convênios comerciais e que disputam as nossas praças para seus produtos industriais, não está em condições de executar um convênio cafeeiro como o que delineamos.

Entretanto submetemos estas recomendações ao julgamento dos Srs. delegados aqui presentes.

Se vingar a segunda proposição, luta de competição em que praticamente já estamos metidos, não sabemos bem qual será o nosso papel no 1.º Congresso Mundial em Curitiba. Seremos talvez ali simples observadores que, acreditamos, é o que farão as representações dos demais países produtores.

NOTA — Os elementos numéricos utilizados no presente trabalho provieram da: Divisão de Estatística do I.B.C., Anuário Estatístico do D.N.C., Coffee Statistics — Pan American Coffee Bureau.

Rio, 12-1-54 — (a) **Julio Cezar Covello**, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura ao 1.º Congresso Mundial do Café em Curitiba.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL



Uma dívida de gratidão

A enxada colonizou o Brasil e sustentou, até os nossos dias, a sua economia rural. Cavou a terra, durante séculos para que o açúcar, o café, o fumo, o cacau, abastecessem o mundo. Hoje, quando a máquina realiza, nos campos de outras terras, milagres de produção e riqueza, é ainda a enxada o maior ponto de apoio do lavrador brasileiro. Brevemente, novos e mais

aperfeiçoados instrumentos, máquinas poderosas estarão destocando, revolvendo e semeando o nosso solo. A INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A. prepara-se para isso. Mas continuará fabricando enxadas, em Sorocaba — as melhores que se fabricam no Brasil: inteiriças de aço, "ZAP" e caldeadas "N. S. APARECIDA" — caldeadas

com aço doce e carbono, tão resistentes quanto a mais perfeita enxada estrangeira. Com elas, o lavrador brasileiro poderá intensificar a sua produção e aguardar os novos instrumentos e máquinas agrícolas que a INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A., em sua nova e bem instalada fábrica, lhe reserva para um futuro bem próximo.



INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

Avenida Rio Branco, 52 - 5.º andar — Telefone: 23-3597
ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:

Rua 15 de Novembro, 244 - 9.º andar — Telefone: 32-8339
ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Decreto n.º 34.592, de 13 de Novembro de 1953

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional colhidos no ano de 1954.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 1.º, da Lei de número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Os preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição, no ano de 1954, dos produtos especificadamente mencionados no parágrafo único do artigo 1.º, da Lei número 1.506, de 19-12-1951, e colhidos no mencionado ano, são os constantes do artigo 2.º deste Decreto.

Parágrafo único. Estes preços referem-se aos produtos nos principais centros de consumo do país, assim considerados para os efeitos deste Decreto os respectivos portos de escoamento, atendidas as condições e especificações decorrentes da Lei número 1.506, de 19-12-1951.

Art. 2.º Os preços básicos mínimos estabelecidos neste Decreto, são os seguintes:

ARROZ

Beneficiado, polido, do tipo dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 345,00); para o de grãos médios, trezentos e quinze cruzeiros (Cr\$ 315,00), e para o de grãos curtos, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 255,00); em casca, dos tipos um e dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, duzentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 230,00); para a de grãos médios, duzentos e dez cruzeiros (Cr\$ 210,00); e para a de grãos curtos, cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00); todos — classes e tipos — de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto número 28.098, de 10 de maio de 1950. Arroz das melhores qualidades comumente produzidas no Norte e Nordeste do país, por saca de sessenta quilos, beneficiado, polido, cento e oitenta e oito cruzeiros (Cr\$ 188,00) e nas mesmas condições, por saca de sessenta quilos, em casa, cento e vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 125,00). Todos de bom rendimento.

FEIJÃO

Cento e oitenta cruzeiros (Cr\$ 180,00); por saca de sessenta (60) quilos, da variedade branca; cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00), das variedades de cores ou rajados; cento e sessenta e dois cruzeiros (Cr\$ 162,00); das variedades pretas,

do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.260, de 28 de maio de 1941.

MILHO

Cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 120,00, por saca de sessenta (60) quilos, do grupo "duro", e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00), dos grupos "mole" e "misto", "amarelo" ou "mesclado", do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.436, de 25 de junho de 1941.

AMENDOIM

Noventa e cinco cruzeiro (Cr\$ 95,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos, das classes "graúda" ou "miúda", do tipo dois das especificações baixadas pelo Decreto número 7.266, de 29 de maio de 1941.

SOJA

Cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00) por saca de sessenta (60) quilos, da variedade comum.

GIRASSOL

Dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) por quilo ensacado do tipo dois, com sementes cheias e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto número 8.178, de 7 de novembro de 1941.

TRIGO EM GRÃO

Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 2,60) por quilo, para o produto limpo, seco, ensacado e com peso de setenta e oito (78) quilos por hectolitro, variável de acordo com o peso hectolítrico do cereal. Havendo fração no peso hectolítrico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo no caso contrário.

FARINHA DE MANDIOCA

Dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2,20) por quilo, do tipo um das especificações baixadas pelo Decreto número 12.278, de 22 de abril de 1943.

TAPIOCA

Dois cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 2,30) por quilo, do tipo um, da classificação baixada pelo Decreto número 12.278, de 22 de abril de 1943.

MATE

Vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) pelo produto cancheado, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, por arrôba de quinze (15) quilos, coado em penei-

ra de 1 1/2 mm., dos tipos CC-1 e CB-1 da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Curitiba e Joinville.

Quatorze cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 14,50) por arrôba de dez (10) quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2 1/2 mm., do tipo MB-1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Dezesseis cruzeiros (Cr\$ 16,00), por arrôba de quinze (15) quilos para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul, primeira qualidade dos tipos GF-1, GF-2, GF-3, GF-4, CC-1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, coado em peneira de 2 1/2 mm., pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Pôrto Alegre.

Os preços para o produto entregue em outras localidades das regiões produtoras serão oportuna-

mente determinados nos termos do artigo 4.º da Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Os preços de que trata o artigo 2.º dêste Decreto referem-se à mercadoria nova da safra de 1954, embalada em sacaria nova devidamente marcada com as necessárias indicações, classificadas, expurgada e depositada nos armazéns indicados neste Decreto e nos mencionados na letra "a" do artigo 6.º, e no artigo 7.º, da Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1953;
132.º da Independência e 65.º da República.

Getúlio Vargas
Oswaldo Aranha

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

José de Castro Rangel

O infausto passamento do ilustre guaratinguetaense sr. José de Castro Rangel, no dia 12 do corrente, repercutiu dolorosamente por todos os recantos da cidade. E' que o extinto ao que nos parece era dessas criaturas que não contam inimizado, pois com aquela sua proverbial sinceridade e lhaneza de trato irradiava simpatia e a todos sabia assim conquistar.

Chefe de família exemplaríssimo, a sua prole é constituída de criaturas bem formadas em tão edificante contacto. Como cidadão, as suas atitudes eram sempre apreciadas. Católico praticante tinha por Santo Antnôio, o padroeiro desta paróquia uma especialíssima devoção evidenciada numa atraente palestra que realizara na igreja matriz a convite do seu grande amigo padre Geraldo, vigário de então. A tudo quanto se lhe pedia de seus préstimos para a igreja era de uma solicitude admirável.

Lutador incansável, idealista fervoroso, era tôda a sua preocupação o meio de subsistência coletiva, aproximando-se dos poderes públicos, demonstrando-lhes suas experiências, principalmente na ocasião em que o problema da farinha de trigo tornava-se cada vez mais sério, o nosso grande conterrâneo entra com a sua idéia do aproveitamento da fécula e assim consegue uma grande economia para o país.

À noite na sessão do Rotary Club de Guaratinguetá o prof. José Pereira Eboli produziu uma feliz exortação aos méritos do sr. José de Castro Rangel e ao terminar propôs um minuto de silêncio em honra a tão nobre, a tão digno filho desta terra. o Fi um discurso que comoveu a todos pela espontaneidade das expressões.

À família enlutada "O Combate" envia os seus sentimentos de pesar.

(Transcrito de "O Combate", de Guaratinguetá, de 18-4-54).

Formação e aperfeiçoamento de Classificadores de Produtos Vegetais

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S. N. A.

É indiscutível que avulta a importância da classificação dos produtos vegetais a medida que os mercados tornam-se mais exigentes em partidas de produtos tanto quanto possível uniformes, uma vez que, quanto maior a concorrência, maiores as exigências dos mercados importadores.

Assim sendo, torna-se necessário o concurso de classificadores de produtos vegetais criteriosos e habilitados para o cabal desempenho de seus encargos, quer no quadro do funcionalismo público responsável pela classificação de produtos destinados à exportação, quer no quadro de entidades privadas, como por exemplo nas Bolsas de Mercadorias.

Tendo em vista a importância da classificação dos produtos vegetais, dos quais cerca de setenta já padronizados, houve por bem o Sr. Ministro da Agricultura aprovar as sugestões do Diretor do Serviço de Economia Rural no sentido do referido Ministério a quem cabe a padronização, classificação e a fiscalização da exportação de produtos vegetais, organizar cursos:

- a — visando aperfeiçoar o nível de conhecimentos dos profissionais que exercem suas atividades nesse setor;
- b — preparar profissionais para atender a procura sempre crescente de classificadores para os numerosos produtos já padronizados.

Com a experiência dos cursos realizados o ano passado, está o Serviço de Economia Rural a quem cabe importante função no setor da economia nacional, habilitado a promover, em regime intensivo, não só o aperfeiçoamento de classificadores já re-

gistrados, como ainda, a formação de novos classificadores, para o quadro de servidores públicos e para entidades privadas.

No ano passado, por exemplo, foram realizados cursos Avulsos de Classificadores de Cacáu, e de Cêra de Carnaúba e um Curso Aperfeiçoamento para classificadores de Algodão e outras fibras.

Para o corrente ano, o Serviço de Economia Rural programou três Cursos Avulsos (dois dos quais já se encontram em funcionamento), e um Curso de Aperfeiçoamento, também em funcionamento.

Foi essa, sem dúvida, uma medida acertada do Ministério da Agricultura, que precisa e deve ser cada vez mais generalizada.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO CORRENTE ANO

Os cursos programados para 1954, foram os seguintes:

- a — **Curso de Aperfeiçoamento para Classificadores de Produtos Vegetais**, que está sendo realizado no Distrito Federal, na sede do Serviço de Economia Rural;
- b — **Curso Avulso de Classificadores de Fumo**, que está sendo realizado pelo S. E. R., na sede da Bolsa de Mercadorias da Bahia, na cidade do Salvador;
- c — **Curso Avulso de Classificadores de Madeiras**, que está sendo realizado na sede do S. E. R., no Distrito Federal;
- d — **Curso Avulso de Classificadores de Couros e Peles**, a realizar-se no segundo semestre, na sede da Coo-

perativa Instituto Pecuário da Bahia, na cidade do Salvador.

CURRÍCULOS DOS ATUAIS CURSOS

No Curso de Aperfeiçoamento de classificadores de Produtos Vegetais, ora ministrado no Serviço de Economia, são lecionadas as seguintes disciplinas básicas: Conhecimentos Gerais, Classificação e Padronização de Matérias Primas; Classificação e Padronização de Produtos Alimentares, Economia Aplicada, Tecnologia e Fiscalização da Exportação.

Nos Cursos Avulsos de Classificadores de Fumo e de Couros e Peles, ambos ministrados no Estado da Bahia, pelo Serviço de Economia Rural, são lecionadas as seguintes disciplinas: Conhecimento Gerais, Economia Aplicada, Fiscalização da Exportação e Classificação e Padronização.

No Curso Avulso de Classificadores de Madeira são lecionadas as mesmas disciplinas dos outros Cursos Avulsos, exceto "Economia Aplicada" que é substituída por "Tecnologia".

Conforme se verifica pela análise das disciplinas componentes dos respectivos currículos, o objetivo é dar aos respectivos dores de produtos vegetais não só um perfeito conhecimento de todas as questões relacionadas com a padronização (trabalhos fundamentais dos classificadores), mas ainda, os conhecimentos gerais relativos aos produtos vegetais e à análise dos problemas econômicos dos mesmos.

DURAÇÃO DOS CURSOS

Os cursos, que funcionarão em regime intensivo, terão a seguinte duração:

- a — os avulsos, serão ministrados em um período de 16 semanas;
- b — o de aperfeiçoamento, será ministrado em um período de 38 semanas.

CONDIÇÕES PARA MATRÍCULA

Nos Cursos Avulsos poderão matricular-se funcionários públicos que provem ter conhecimentos de nível secundário, e candidatos estranhos ao serviço público desde que, além da exigência acima apresentam

os seguintes documentos: prova de idade mínima de 18 anos, atestado de vacinação antivaríólica e atestado médico de que não sofre de doença infecto-contagiosa nem anomalias que impossibilitem para os trabalhos de classificação.

No Curso de Aperfeiçoamento só poderão matricular-se classificadores registrados no S. E. R. Quando estranhos ao serviço público, além dessa exigência, os candidatos devem apresentar os mesmos documentos exigidos para o Curso Avulso.

CONCLUSÕES

- 1 — Constitue medida das mais salutaras por parte dos poderes públicos não só o preparo de pessoal habilitado para ingressar no quadro de seu funcionalismo, como também, o aperfeiçoamento do nível cultural daqueles que já são seus servidores;
- 2 — A realização de Cursos Avulsos e Cursos de Aperfeiçoamento, como já vêm promovendo o Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), o Ministério da Agricultura (M.A.), o Ministério da Saúde (M.S.), o Ministério da Educação e Cultura (M. E. C.) etc., é uma medida de grande alcance para a eficiência do próprio serviço público;
- 3 — Dado a importância cada vez maior da Classificação de Produtos Vegetais, os cursos recentemente criados pelo Serviço de Economia Rural são oportunos e indispensáveis;
- 4 — É recomendável que os Cursos Avulsos e de Aperfeiçoamento para classificadores de Produtos Vegetais sejam cada vez mais difundidos e instalados em todos os Estados do Brasil;
- 5 — É recomendável que sejam colocados à disposição do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura amplos recursos para que ele possa difundir tais cursos através de sua rede de Agências;
- 6 — A realização de tais cursos é a semente para a instalação das Escolas de classificação que tantos benefícios poderão prestar à economia nacional.

CARBÚNCULO SINTOMÁTICO

O Carbúnculo sintomático, conhecido como "Peste da Manqueira" - "Mal do Ano", é causado por um germe, o *Clostridium chauvoei*, que está espalhado pelo solo e, portanto, muito fácil de infectar os bovinos, especialmente os bezerros, carneiros e, raramente, cabras e porcos.

O meio de evitar essa peste consiste em aplicar a VACINA CONTRA A MANQUEIRA, fabricada pelo Instituto Pinheiros, vacinando os animais aos 6 meses de idade e revacinando-os quando tiverem 1 ano.

As injeções são feitas em baixo da pele, na dose de 2 cm³ para os bovinos e 1 cm³ para ovinos e caprinos.

Os cuidados consistem na fervura ou esterilização da seringa e agulha, desinfecção do local da injeção com tintura de iodo, solução de creolina a 3% ou outros recursos apropriados. Agitar bem o frasco antes de encher a seringa.

A imunidade obtida com esta vacina é, em média, de 1 ano. Mas isto só se verifica depois de 15 dias, que é o prazo chamado NEGATIVO.

O Instituto Pinheiros fabrica este produto e apresenta-o em:

— Ampola de 10 cm³ = 5 doses para bovinos ou 10 doses para ovinos ou caprinos.

— Frasco de 100 cm³ = 50 doses para bovinos ou 100 doses para ovinos e caprinos.

O Departamento de Veterinária do Instituto Pinheiros responde gratuitamente a toda e qualquer informação solicitada, bastando dirigir a correspondência àquele Instituto, para a Caixa Postal, 951, São Paulo.

Cooperativismo -- O projeto 159/47

Por FÁBIO LUZ FILHO
Presidente do Centro Nacional de
Estudos Cooperativos

(Trecho de longo trabalho apresentado à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, em abril de 1954)

Apresento-me perante essa colenda Comissão na esperança de que, desta vez, possa ser ouvida minha humilde opinião, de vez que, nos debates de 1948, os mesmos pontos que agora vou focar foram exaustivamente aventados, dentre eles a questão das pessoas jurídicas.

Meu distinto amigo e dinâmico e culto companheiro de cruzada, Valdir Moura (autor do chamado "projeto Costa Pôrto", em que se baseou o substitutivo Faraco) combateu-as quando empregou a expressão "sem fins de lucro", caracterizando-as Octacílio Tomanik, com suas credenciais e sua larga experiência em São Paulo, combateu-as, e Luiz Amaral, opinando pela conservação da 22.239, com O. Tomanik, perfilhou a definição da 22.239, que dela exclui as pessoas jurídicas, lei elaborada por homens como Saturnino Brito, Adolfo Gredilha e Luciano Pereira, este durante longos anos consultor jurídico do Ministério da Agricultura, tendo sido também, consultor geral da República. Não obstante terem sido ouvidos os que o ilustre deputado, Daniel Faraco considerou "os maiores técnicos brasileiros" (bondosa referência que, de minha parte, agradeço, embora a julgue imerecida, no que me toca), não obstante tudo isso, surgem, pela primeira vez em uma lei brasileira sobre cooperativas, as pessoas jurídicas de qualquer espécie podendo entre si formar cooperativas, o que constitui um contrassenso doutrinário dos mais gritantes e uma larga porta aberta pelos legisladores ao desvirtuamento do sistema econômico-social que o cooperativismo encarna, uma ameaça a produtores e consumidores e uma burla ao Fisco. De que valeu, então, termos sido ouvidos, se um ponto dessa relevância não foi considerado? Valerá a pena insistir?...

SUGESTÕES

Entanto, como vexilário de uma grande causa e atendendo à honrosa solicitação do Presidente da douta Comissão de Economia, dessa Câmara, venho aduzir alguma coisa ao que expus perante a mesma no dia 1 do corrente (Abril de 1954) a convite, novamente, do ilustre deputado Daniel Faraco.

Vou ater-me apenas ao projeto em si, de vez que estamos diante de um fato consuma-

do, de nada valendo retrospectiva nem lamúrias, sobretudo em relação à lei 22.239, suas virtudes, seus defeitos e resultados, ao modo como foi atacado, inicialmente, o assunto (projeto Costa Pôrto) sem uma geral consulta prévia e democrática a todos os que aplicaram e aplicam in anima vili a lei 22.239 e aos que a sentiram e sentiam e sentem na própria carne, sobretudo aos dois movimentos de maior expressão no Brasil: os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, ambos tendo conseguido restabelecer por duas vezes a lei que agora se vai revogar com o projeto 159/47: a lei 22.239.

Foram ouvidos técnicos de inegável valor (de cujo rol me excludo), mas não esses movimentos, pela voz de seus militantes, tanto que o Rio Grande do Sul acaba de declarar que nunca foi ouvido até hoje, embora o faça tardiamente, a meu ver (o projeto há 7 anos percorre Comissões), tendo-se agora dirigido a essa digna Comissão e a todos os líderes de bancada, solicitando a suspensão do projeto 159 até julho próximo futuro, para que um Congresso se manifeste a respeito.

Já a esse respeito me manifestei publicamente em artigos, além dos pareceres que os "Diários do Congresso" reproduziram em 1948 e agora em 1954. Neles expus longamente meus pontos de vista, devendo ser do conhecimento dessa douta Comissão.

Mas, como disse, estamos diante de um segundo plenário, e não há mais como recuar. Temos que aceitar o fato consumado e contribuir, na medida do possível, com nossos conhecimentos especializados e experiência, embora vencidos, sem ressentimentos ou vaidades, de vez que devemos, os ver os cooperativistas, colocar a defesa de uma causa acima de considerações pessoais e tudo fazer para ampará-la. Assim sendo, peço que me permitais repetir o que disse em artigo: o projeto 159/47 tem suas linhas gerais aceitáveis e louváveis, pelas simplificações que trouxe, atenuadas que foram muitas das sugestões que (eu e Valdir Moura e Octacílio Tomanik) apresentamos quando da discussão do substitutivo (1948) Faraco, operoso parlamentar que sempre conduziu o assunto com alto espírito, aceitando críticas e sugestões e procurando situar o projeto, tanto quanto lhe foi possível em meios aos debates, num plano verdadeiramente cooperativo. Mas, como habitualmente acontece, nem sempre nesses debates, pelo sistema democrático da maioria, é possível vencer.

O projeto 159 A/47, como disse, tem suas linhas gerais aceitáveis e louváveis, simplificando o processo de organização e funcionamento das cooperativas, etc., mas, guardando um meio termo entre o exagerado sintetismo [o que será pior para um país como o nosso] e as proclamações das leis anteriores e da atual (preferível como antemural a aventuras e deturpadores, que os há e se infltram apesar das peias legais claras e insofismáveis), possui, em contraposição, falhas que devem ser sanadas, pelas más consequências que podem trazer, e pelos elementos potenciais de deformação e desagregação de um sistema econômico, que trazem, além de envolverem a quebra de princípios que vêm norteando o cooperativismo brasileiro desde 1932, época em que foi promulgada a 22.239, isto é, a quebra de normas do direito cooperativo brasileiro, que a experiência de vinte e oito anos aconselha sejam mantidas, face às nossas condições de meio.

O papel do Estado — O movimento cooperativo nos países das condições do Brasil veio de cima para baixo. Teve e tem o Estado dado apóio ao fomento, amparo e vigilância das cooperativas no Brasil, tendo até criado órgãos para a organização e propaganda destes, órgãos que foram os que, pelo seu ingente trabalho, silencioso mas patriótico, conseguiram dar a exata conceituação do cooperativismo, elaborando, a lei 22.239 e um sem número de folhetos do caráter doutrinário, etc. etc. e tem procurado manter o sistema dentro de seu verdadeiro sentido. Um órgão específico de financiamento das cooperativas também foi criado — o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. O Banco do Brasil criou uma seção especializada no financiamento ao cooperativismo, e modificou as disposições do regulamento da sua carteira agrícola para poder dar maior apóio e amplitude às operações com as verdadeiras cooperativas que não falsas cooperativas, que irão pulular sem uma definição legal precisa e clara, e sem a vigilância dos órgãos oficiais a isto propostos, não se iluda ninguém. Creio que sem esse trabalho de esclarecimento e apóio que coube, e continua a caber, aos poderes públicos em países das condições do Brasil (com exceções em alguns Estados, que apenas confirmam a regra), o movimento no Brasil e em toda a América do Sul (talvez excetuada a Argentina), estaria ainda num estágio embrionário ou completamente desvirtuado. É esta a dura realidade, que temos de aceitar a contragosto. Já tive oportunidade, em artigos de imprensa, de me reportar a um trabalho da Oficina Internacional do Trabalho, de Genebra, referente às relações que essa Oficina manteve com os serviços governamentais de numerosos países, tendo eu mesmo tido oportunidade de responder, em língua francesa, a longo questionário nesse sentido, no qual ressaltei o que há anos se faz no Brasil e os óbices defrontados, próprios de países subdesenvolvidos.

O trabalho de Cambell reporta-se aos países subdesenvolvidos dos quais tem longa experiência, achando êle que a participação

dos governos no fomento e desenvolvimento cooperativo nos países desse tipo é necessária e indispensável. Frisa que, em uma coletividade evoluída, o governo, na pessoa de seus técnicos, nada tem que fazer, o que se não dá com as comunidades insuficientemente desenvolvidas, nas quais os cooperadores são pouco instruídos, pobres, ignorantes por completo dos métodos e processos comerciais, o que os obriga a uma assistência maior.

Assinala êle que há, nessas comunidades, necessidade de se encorajar, dirigir e controlar as operações das cooperativas, até atingirem certo estágio de maturidade. Mas, ao seu ver (e como temos nós, no Brasil, experiência bastante), é uma tarefa que exige competência e conhecimento do que se tem feito em outros países de situações análogas (claro que não vamos comprar a países sul-americanos à Suécia, Dinamarca, Suíça, Inglaterra, etc.) os métodos que deram resultado e os que fracassaram.

Tudo isto está bem se guardados os devidos limites, pois a interferência do Estado deve ser dirigida num sentido de orientação e assistência. De uma maneira extremamente hábil, o funcionário competente nunca deve perder de vista que o objeto da ajuda não é o de fazer o trabalho dos associados, mas ensiná-los a agir por si mesmos. "A insuficiência de fiscalização pode levar as cooperativas a serem muito pródigas, a se lançarem em empresas ambiciosas, além de suas capacidades e não previstas pelos estatutos, ficando aberta a porta à deslealdade, à negligência nas contas e à retirada de fundos, devido à ignorância e à má fé. E, contrariamente, um excesso de fiscalização e a ingerência pode diluir-lhe o senso de responsabilidade, diminuir-lhe a vitalidade e fazer crer aos associados (como isto é comum no Brasil) que o Governo "irá geri-las por êles, acen-tuando-lhes a idéia do Estado carismático, etc. "Une telle attitude est l'antithèse même de la coopération".

No começo, continua êle, é necessário que o Governo dê as cooperativas certo apóio financeiro direto, visando a dar-lhes possibilidades de atingir um estágio no qual poderão organizar e controlar seus próprios serviços financeiros, em auto-suficiência. Não deve, em consequência, emprestar-lhe a juros de favor, ou sem juros, ou a juros inferiores àqueles que exige uma sã economia, mas a juros que suas próprias instituições deverão exigir um dia. "Se êsses juros parecerem muito elevados, uma fração dêles poderá ser utilizada para ajudar as sociedades em sua obra educativa, ou em seu trabalho de controle".

No Brasil estamos num regime de franquias constitucionais; não obstante, pela sua condição de país subdesenvolvido, a ação do Estado deverá fazer-se nos termos indicados, mas sem tolher a liberdade de iniciativa, a liberdade de organização econômica por meios coercitivos. Orienta-se e aconselha-se; não se pode nem se deve impor. Esta tem sido a orientação do Serviço de Economia Rural até hoje, dentro da precariedade de elementos de ação, em que se debate desde 1939, quando foi criado. As cooperativas são organizações

de natureza privada com uma autonomia garantida por lei, e defluindo de princípios doutrinários universais.

Margaret Digby disse, em "The world movement" que onde o movimento cooperativo é olhado como uma forma de serviço social, é amparado por privilégios legais e fiscais; o crédito nacional é pôsto à sua disposição; as relações entre o movimento e os departamentos oficiais especializados devem ser levados a elevado grau de eficiência e o princípio social deve ser mantido. "Co-operative law, like the cooperative movement, is the product of growth, experience and flexible mind".

Warbasse mesmo, defensor estrêmo da autosuficiência cooperativa, concorda em que a não-interferência do Estado exista uma única exceção; as cooperativas fundadas por pessoas excepcionalmente pobres, casos em que o governo têm tido interferência no sentido do financiamento e do assessoramento iniciais.

Isto sucedeu com as cooperativas de crédito cooperativo da Índia, com as "Federal Farm Belief"; com as "Cooperativas de ajuda mútua" entre desocupados na América do Norte; com as cooperativas de habitações na Alemanha, Dinamarca e Suécia; com as cooperativas de camponeses de vários países e com a Liga Cooperativa da China", com as cooperativas de pescadores de Cuba e as agrícolas denominadas Marti.

Acha Warbasse, com razão, que esta ação governamental representa, no fundo, uma economia para o próprio governo, de vez que substitui o socorro aos necessitados, pois a filantropia não é mais do que um simples paliativo. O método cooperativo põe os necessitados em condições de se ajudarem a si próprios, sem humilhações ou recalques. Os resultados se fazem sentir profundamente quando as cooperativas, por mais precárias que sejam seus começos, conseguem devolver ao governo os empréstimos que do mesmo receberam.

"O grande movimento mundial foi criado, geralmente, por pessoas que se achavam pouco acima do mais baixo nível econômico.

"Dispondo de escassos recursos, souberam combinar a iniciativa e a fé no próprio esforço com a necessidade da economia. Fundaram as Cooperativas com o fim de aumentar sua capacidade aquisitiva e, como consequência derivada de tal propósito, criaram valores sociais de importância mui superior ao fato concreto da economia".

"Education before action", eis a apoteíma da Universidade de Antigonish, do Canadá.

Da conferência de Nuwara Eliya, patrocinada pela Oficina Internacional do Trabalho, em 1951, na Ásia, há conclusões que se aproximam dessa sentença. Uma delas refere-se à ação governamental que achou dever ser intensificada não só com a formação adequada de equipes de funcionários especializados nos serviços cooperativos oficiais, viagens de estudos, cooperativas-pilotos, etc., como pelos auxílios ou empréstimos do Estado, ou garantias do Estado quanto a empréstimos para equipamento, a outorga de certos privilégios fiscais, e a concessão de certas priori-

dades a compra e o fornecimento de produtos essenciais.

Achou imprescindível que capitais importantes deveriam ser invertidos no equipamento e desenvolvimento das cooperativas. Outrossim concluiu que os adiantamentos feitos a título de empréstimos deverão ser concedidos sob condições favoráveis.

Os delegados presentes a essa Conferência afirmaram, ainda que os departamentos de cooperativismo governamentais, sendo normalmente os responsáveis, nos países subdesenvolvidos, (como no Brasil), pela criação e o desenvolvimento das cooperativas, deveriam ser os primeiros a receber uma estrutura conveniente, devendo ser reforçado o respectivo pessoal técnico, a fim de ser possível, de uma maneira eficiente, o controle, a inspeção e a verificação contábil das cooperativas, sociedades de bem público. Também insistiram em que, na formação profissional dos empregados das cooperativas, há necessidade de uma seleção judiciosa de pessoas, incluindo nisto o conhecimento dos princípios cooperativos, tema que vimos percutindo há anos, no Brasil. Os administradores deverão receber uma formação profissional completa, escolhidos entre pessoas qualificadas, o que representa um ideal, a ser atingido por etapas, no Brasil.

O domínio da educação cooperativa, nas conclusões daqueles delegados, é imprescindível para esclarecimento das massas, o que precisamos compreender no Brasil.

Chamo a atenção daqueles que se insurgem contra a idéia da assistência e da fiscalização em países subdesenvolvidos, plenos de primarismos, para estas palavras de Henry W. Wolf, um dos dignos presidentes da Aliança Cooperativa Internacional:

"Nós da Europa do Norte consideramos a inspeção como uma instituição de altíssimo valor, quase como uma necessidade do cooperativismo, para todas as cooperativas, porque todos os associados, a qualquer cooperativa pertencentes, são credores de suas quotas sociais em relação às sociedades. Portanto uma consciente inspeção pode criar uma confiança suficiente." Isto na Inglaterra! Nela, o "Registrar" pode até cancelar o registro das cooperativas, inspecioná-las, etc.

SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE

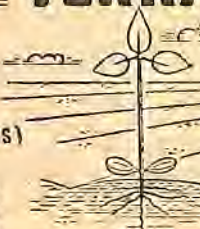
ADUBE SUAS TERRAS

COM



SALITRE DO CHILE

(MULTIPLICA AS COLHEITAS)



A EXPERIÊNCIA DE MUITOS ANOS TEM PROVA DO A SUPERIORIDADE DO SALITRE DO CHILE COMO FERTILIZANTE. TERRAS PROBRAS OU "CANSADAS" LOGO SE TORNAM FÉRTIS COM SALITRE DO CHILE

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149 - 6º ANDAR - TEL. 43-7092
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARÍ - RIO DE JANEIRO

SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE



TRAÇÃO

PNEUS

Firestone CHAMPION

Barras abertas ou
Barras de centro
de Tração

para o máximo de
rendimento segundo
as condições de seu terreno



15.167

Alguns característicos que explicam

a GRANDE TRAÇÃO destes dois pneus **Firestone CHAMPION**



Barras curvas e cônicas

Este desenho permite que as barras agarrem melhor no solo, dando ao pneu o máximo de tração.



Banda de rodagem mais larga e chata

Maior área de contacto com o solo: maior tração e vida mais longa para o pneu, porque o desgaste é mais uniforme.



Barras maiores e mais profundas

Agarram firmemente o solo, eliminando derrapagens e assegurando o máximo rendimento.



O espaço é afunilado entre as barras

As barras abrem-se para fora, nos ombros. Esse desenho impede o acúmulo de barro ou lama. O pneu limpa-se sozinho, enquanto roda.

Situação da Natureza no Parque Nacional de Itatiaia

LUIZ CARLOS DE MESQUITA MAIA

Agora que, no Brasil, a preservação da Natureza, em todas as suas formas, toma um impulso incontrolável com a criação de uma sociedade para tal fim, é interessante fazer-se um relatório da situação de nossas fauna e flora e do que, porventura, já se tenha realizado para sua eficiente conservação. Com este propósito, o autor das presentes linhas dirigiu-se ao Parque Nacional de Itatiaia, procurando compensar a falta de tempo para uma metódica pesquisa, com a coleta de maior número possível de informações de funcionários ali residentes.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde a falta de solidariedade por parte da administração prejudicou seriamente a investigação faunística, mereceu um artigo bastante sucinto que a tradicional revista "A Lavoura" publicou em agosto de 1951. Nesse trabalho, foi focalizada a situação miserável das espécies animais que ali se conservam à lei da Natureza, sem quaisquer cuidados científicos para acelerar ou simplesmente dar começo ao seu aumento numérico. Não há interesse pela reconstituição da primitiva fauna da região, apenas proibindo-se verbalmente a caça, que, porém, é praticada ilegalmente no vale que separa o Dedo de Deus da região culminada pela Pedra do Sino.

Consta haver no Estado do Espírito Santo um refúgio de fauna denominado Sooretama, o qual ainda não pôde ser visitado por este autor devido às manobras suspeitas e obstinada oposição por parte da Divisão de Caça e Pesca, que, há quase um ano, procura evitar de qualquer modo tal evento. Essa atitude da Divisão parece reforçar as possibilidades de veracidade das denúncias feitas por conceituado cientista de que funcionários daquela repartição praticam a caça esportiva dentro do referido refúgio de fauna.

Por tudo isto, a visita de investigação faunística do Parque Nacional de Itatiaia, revestiu-se de importância. Esse parque é, sob quase todos os aspectos, bastante superior ao da Serra dos Órgãos, inclusive no terreno animal, pois a sua fauna atual ainda inclui vários mamíferos de grande valor. As duas espécies brasileiras de suídeos, o queixada e o caitetú, parecem estar presentes em Itatiaia, bem como uma admirável forma de símios do gênero *Cebus*. A variedade e relativa copulência dos primatas permitiu a sobrevivência, em Itatiaia, do puma (*Felis concolor*), seu frequente predador. Há referências um pouco vagas à presença da onça ou jaguar no Parque, fato que não é de-todo impossível. Todavia, o mais sensacional elemento da fauna de Itatiaia é o lobo

(*Chrysocyon*), que consta viver em certos pontos, acontecimento este de suprema importância para a obra de preservação da Natureza. Parecem estar extintas, além da anta, a capivara e todas as espécies de cervídeos que outrora viveram na região.

É evidente que a recuperação destes mamíferos desaparecidos deve ser encetada o mais breve possível. O administrador do Parque Nacional de Itatiaia, sr. Wanderbilt Duarte de Barros, revela grande interesse pela proteção à Natureza, mantendo plantações de árvores para reflorestamento. Por determinação sua, aves são abatidas para que o exame do conteúdo de seus estômagos revele quais os vegetais que devem ser preferidos para o plantio. Sem dúvida, é necessário fazer-se o mesmo com relação aos mamíferos que, no Brasil, estão em condições muito mais desesperadoras do que as aves. Esperemos, porém, que o abate de animais selvagens para pesquisas não se torne, nos parques nacionais brasileiros, um pretexto para caçadas esportivas.

Deve-se lamentar que o sr. Wanderbilt, apesar do sincero entusiasmo pela preservação da Natureza, não pense efetivamente na pronta reintrodução dos mamíferos antes existentes no Parque. Embora ele tenha efetuado a aclimação de peixes estrangeiros, como as trutas, em águas fluviais de Itatiaia, ainda hesita quanto a providenciar a recuperação dos belos mamíferos que nossos ancestrais ali exterminaram. E, todavia, o Parque lucrará extraordinariamente quando os visitantes encontrarem, soltos e mansos, ágeis cervídeos e gordas capivaras e, talvez, também as grandes inofensivas antas.

Certamente, o Jardim Zoológico do Rio e o Parque de Água Branca de São Paulo poderão fornecer os primeiros reprodutores, destinados a formar estoques. Convém que o sr. Wanderbilt medite sobre o assunto e acate a sugestão que, talvez, mais signifique para o final aperfeiçoamento da obra que ele vem realizando com louvável esforço.

Em resumo, deve-se afirmar que é grande o valor do Parque Nacional de Itatiaia para a proteção à Natureza, no Brasil. Falta, porém, para completa eficiência neste setor, que se reconstitua a fauna, o que é menos difícil do que se possa pensar. Façamos votos para que o sr. Wanderbilt, ao incrementar a afluência turística, não se esqueça das verdadeiras finalidades do Parque e decida torná-lo o mais completo reservatório da Natureza, no Brasil.

Política Econômica do Açúcar

Prof. ROMOLO CAVINA

(Do Conselho Superior do S. N. A.)

1. A política econômica a seguir, na minha opinião, seria dividida em duas partes:

a) nordestina — aperfeiçoar, até onde fôsse possível, a lavoura da cana e a sua industrialização, fazendo-a abastecer uma parte do mercado interno e concorrendo ao mercado externo por meio de prêmios e em volume determinado. Procurar ativamente melhorar o bem-estar das populações rurais por meio de outras modalidades econômicas que absorvam a

mão-de-obra e os investimentos naquela região; e

b) em São Paulo limitar a produção a uma parte do mercado interno e ao externo com prêmios e limite exportável. Impedir novas usinas e o aumento das plantações. Providências de fomento para utilizar o excedente de mão-de-obra e investimentos.

2. Junto três quadros do que disponho aqui na Fundação Getúlio Vargas. Para mais detalhes lembro a consulta à revista *Brasil Açucareiro* do I. A. A.

BRASIL — DESTILAÇÃO DE ALCÓOL
1939-52

ESPECIFICAÇÃO	Destilarias em		Capacidade de produção diária			Produção (1.000 litros) (1)
	TOTAL	Das quais, apenas usi- funcionamento nas de açúcar	TOTAL	De álcool anidro	De álcool hidratado	
1939	212	204	1.400.245	562.000	838.245	96.715
1945	280	222	1.765.738	819.000	946.738	108.465
1952	180	174	1.651.550	913.200	738.350	204.019
Pará	1	1	300	—	300	3
Maranhão	—	—	—	—	—	—
Ceará	1	1	2.000	—	2.000	114
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—
Paraíba	5	5	23.000	10.000	13.000	2.011
Pernambuco	39	38	443.300	278.000	165.300	58.954
Alagoas	14	14	88.400	47.000	41.400	7.566
Sergipe	4	3	12.000	1.000	11.000	338
Bahia	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	19	18	77.300	35.000	42.300	7.132
Espirito Santo	1	1	4.500	4.500	—	802
Rio de Janeiro	24	23	360.500	291.000	69.500	39.482
São Paulo	60	59	609.700	236.700	373.000	81.158
Paraná	4	4	17.500	10.000	7.500	5.287
Santa Catarina	3	3	8.800	—	8.800	937
Rio Grande do Sul	1	—	—	—	—	—
Mato Grosso	3	3	4.250	—	4.250	102
Goiás	1	1	—	—	—	113

FONTE — Instituto do Açúcar e do Alcool.

NOTA — Em 1939 e 1945, dados referentes às destilarias registradas no Instituto do Açúcar e do Alcool; em 1952, apenas os referentes às destilarias em funcionamento.

(1) Dados sujeitos a retificação.

BRASIL: VEÍCULOS EM TRÁFEGO EM 30-VI-1953

Automóveis para passageiros	322.202
Ônibus	21.438
Caminhões	269.204
Tratores e máquinas de terraplanagem	22.393
Motocicletas	27.707

FONTE: Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

BRASIL — PRODUÇÃO DE ALCOOL-MOTOR, SEGUNDO AS SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS
1938-52

ESPECIFICAÇÃO	Alcool-motor produzido (1000 litros)	SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS					
		Alcool		Gasolina		Querosene e ou- tras substâncias	
		Quantidade (1000 litros)	%	Quantidade (1000 litros)	%	Quantidade (1000 litros)	%
1938	213.478	32.690	15,3	180.775	84,7	13	0,0
1945	111.242	36.134	32,5	75.108	67,5	—	—
1952	402.175	51.835	12,9	350.340	87,1	—	—
Rio Grande do Norte	34	34	100,0	—	—	—	—
Paraná	4	4	100,0	—	—	—	—
Pernambuco	162.879	38.663	23,7	124.216	76,3	—	—
Alagoas	540	334	61,9	206	38,1	—	—
Sergipe	4	4	100,0	—	—	—	—
Minas Gerais	142	142	100,0	—	—	—	—
Espírito Santo	12	12	100,0	—	—	—	—
Distrito Federal	168.447	9.114	5,4	159.333	94,6	—	—
São Paulo	70.113	3.528	5,0	66.585	95,0	—	—

FONTE — Instituto do Açúcar e do Alcool.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

MATERIAIS METALÚRGICOS EM GERAL

METAIS — FERRAGENS — FERRAMENTAS

Companhia Americana de Intercambio (Brasil)

C A D I B

Importadores e Aatacadistas

SÃO PAULO

Rua Senador Queiroz, 645 - 1.º and.
Salas 14 e 15 — Tel.: 32-2168
Depósito: Rua Henry Ford, 336
Tel.: 9-7019

RIO DE JANEIRO

R. Teófilo Otoni, 15 - sobreloja (esq. de R. 1.º Março)
Edifício Othon Bezerra de Melo
Tels.: 22-2147 e 43-3052
DEPÓSITOS: Rua Frei Jaboatão, 14 — Tel.: 30-7535
Av. Francisco Bicalho, 175 — Tel.: 43-6193

Arame Farpado, Grampos para cerca, Tubos Galvanizados para água, Pregos, Trilhos de aço "Decauville", Enxadas, Enxadões, Facões para cana, Facões para mato, Foicinhas para capim e arroz, Forcados, Machadinhas, Machados, Pás e Picaretas, Serras braçais, circulares e traçadores, etc.

CAVALCANTI JUNQUEIRA S.A.

CAPITAL E RESERVAS:
CR\$ 50.000,00

ENGENHARIA
CONSTRUÇÕES
TERRAPLENAGENS MECÂNICAS

EDIFÍCIOS — FABRICAS — RESIDÊNCIAS — BAR-
RAGENS — PONTES — VIADUTOS — ESTRA-
DAS — ARRUAMENTOS — PAVIMENTAÇÕES

Rio de Janeiro:
Av. 13 de Maio, 23 — 10.º
Fone: 42-8177

São Paulo:
Rua José Bonifácio, 250 — 9.º
Fone: 36-6926

O CRÉDITO AGRÍCOLA

Informam o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo:

Atendendo a pedidos de informações formulados pela Sociedade Nacional de Agricultura, forneceram os dois estabelecimentos as que se seguem:

Banco do Brasil:

"1. Referimo-nos ao ofício n.º 119-642, de 25.5.53, com o qual V. S. nos ancaminhou, por cópia, o trabalho elaborado pelo sr. Eurico I. A. Ruschi, titular da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, do Estado do Espírito-Santo, bem como o parecer emitido pelo engenheiro agrônomo Dr. Ben-Hur Ferreira Raposo, do Conselho Superior, pertinente ao estabelecimento de convênio entre este Banco e os Estados para maior desenvolvimento dos empréstimos rurais.

2. A propósito do que se contém na alínea "a" do tópico final do trabalho do Sr. Ruschi, cabe-nos dizer, de ordem do Sr. Presidente, que a política adotada pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) tem sido justamente a de disseminar o crédito agrícola em todo o território nacional. Aliás, as recente estatísticas comprovam não somente a elevação do número de financiamentos, como também dos investimentos destinados à agricultura. Os empréstimos concedidos aos chamados "Pequenos Produtores", por exemplo, gozam de numerosas regalias especiais, fato esse que, evidentemente, muito facilita a penetração do nosso crédito, comprovada já pelo vultoso número de contratos realizados.

3. Cumpre-nos salientar, ainda, que a citada Carteira, procurando sempre, expandir a sua ação, acaba de celebrar contrato com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no Estado de Minas-Gerais, a qual prestará assistência técnico-educacional ao "Pequeno-Produtor", encarregando-se o Banco do financiamento das lavouras e criações dessa classe mais humilde dos nossos produtores.

4. No tocante à criação de "aparelhamento armazenador" — alínea "b" do tópico acima referido — cumpre-nos informar que o Regulamento da CREAI, prevê a realização dessa medida; sua execução, porém, somente terá lugar em casos especiais, isto é, quando não for possível aos poderes públicos ou entidades privadas tomarem iniciativa nesse sentido. Quanto às entidades privadas assinalamos a possibilidade de obterem da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial contribuição ponderável para o financiamento de tal empreendimento.

5. Vale notar que a direção da aludida Carteira, convicta da importância e complexidade do problema, vem há dois anos procurando cooperar no seu equacionamento, tendo mesmo encaminhado à Assessoria Técnica da Presidência da Repú-

blica, em 30.4.53, projeto de lei concernente a instalação e controle de frigoríficos e ao armazenamento da produção.

6. No 5.º item do seu trabalho, consigna o Sr. Ruschi o seu parecer de que

"O Banco do Brasil, se aplicasse seus recursos através de organizações de crédito locais, talvez os disseminasse mais e com maior produtividade. Pelo menos poderiam se abolir certas exigências burocráticas, rígidas e uniformes para toda a extensão territorial brasileira".

A esse respeito cumpre-nos esclarecer que o assunto já está também previsto no Regulamento da Carteira em foco, cabendo às instituições interessadas, nas zonas onde não temos Filial, submeterem ao Banco, para o necessário estudo de convênios de cooperação, os seus projetos e pretensões.

7.º Outrossim, no que tange às considerações feitas no 6.º item do referido trabalho,

"Eis porque nos parece que o Agrônomo Regional pode tornar-se um elemento de extensão da Carteira Agrícola, não apenas examinando onde o financiamento pode ser de fato um fator de estímulo e de concretização da produção, como também encaminhando ao Banco, lavradores tímidos, desconfiados ou mal informados que necessitam e estão em condições de receber o financiamento. O Banco do Brasil pode tornar o Agrônomo Regional um seu colaborador desinteressado etc."

cabe-nos dizer que nada impede ao Agrônomo Regional tornar-se um "colaborador desinteressado", ressalvado ao Banco o direito lógico de examinar previamente as operações propostas (avaliação, cadastro etc.), subscritas e apresentadas pelos próprios agricultores ou por procuradores bastantes. Aos Agrônomos Regionais, devidamente credenciados, poderão ser fornecidas, quando solicitadas, todas as informações necessárias sobre condições e disciplina dos nossos empréstimos rurais, para maior eficiência de sua ação colaboradora.

8. Valemo-nos do ensejo para renovar a V.S. nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração".

Banco do Estado de São Paulo:

"Temos o prazer de acusar o recebimento do seu ofício n. 134.375, de 7 de outubro último, solicitando-nos informações sobre a atuação deste estabelecimento, no setor do crédito agrícola.

É com a maior satisfação que resumimos abaixo as condições dentro das quais a nossa Carteira Agrícola realiza os seus financiamentos:

Juros — 8% ao ano.

Prazo — o do ciclo da safra mais 60 dias, a fim de permitir a venda do produto sem precipitação.

Limite — Cr\$ 500.000,00.

Garantia — contrato de Penhor Agrícola.

As avaliações são procedidas por agrônomos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que, além dêsse serviço, prestam orientação e assistência técnica aos lavradores, visando o fomento da produção agrícola.

Os empréstimos até Cr\$ 20.000,00 são isentos de despesas de avaliação, sendo suficiente que o interessado comprove a sua qualidade de lavrador, casos em que o adiantamento é feito sem contrato, mediante nota promissória com uma só assinatura.

As principais culturas financiadas e suas respectivas bases são as seguintes:

Por mil pés:

Café — Cr\$ 5.000,00.

Por alqueire paulista (2,42 ha):

Milho — Cr\$ 3.000,00. Algodão — Cr\$ 5.000,00.

Amendoim — Cr\$ 3.000,00. Feijão — Cr\$

2.000,00. Arroz — Cr\$ 3.000,00. Mandioca

— Cr\$ 3.000,00. Mamona — Cr\$ 3.000,00.

Alfafa — Cr\$ 3.000,00. Soja — Cr\$

2.500,00. Cana — Cr\$ 5.000,00. Essas ba-

ses são reajustáveis anualmente.

Permanecendo às ordens de Vossa Senhoria para quaisquer outros esclarecimentos a respeito, apresentamos-lhes os proetstos de real apreço”.

O SAPS E A MISSÃO KLEIN & SAKS

“É a única coisa séria que existe no Brasil no campo da alimentação”

A gravidade do problema alimentar brasileiro fez com que o Governo contratasse a missão norte-americana Klein & Saks para estudar as condições de alimentação de nosso povo e propor as medidas julgadas necessárias à sua solução.

Após meticulosa investigação em todos os setores, os técnicos em questão chegaram a conclusões muito precisas, apontando medidas concretas que, se adotadas, remediariam de imediato a situação. Entre os pontos principais do relatório da Missão Klein & Saks, causou sensação a afirmativa segundo a qual nossa produção, ao contrário do que se pensava, é suficiente para as necessidades do país. O mal está, principalmente, na questão do transporte e da armazenagem, que não atendem, em absoluto, ao mínimo requerido para distribuição aos centros do consumo.

No que se refere aos serviços públicos relacionados com a alimentação os aludidos técnicos consideram-nos em geral pouco expressivos ou mesmo ineficientes, como é o caso de alguns, fazendo uma única e entusiástica ressalva para o SAPS, pois, segundo o sr. Augusto Frederico Schmidt, que vem acompanhando a referida missão em todos os seus trabalhos, essa instituição, para os técnicos, é a única coisa séria que existe no Brasil no campo da alimentação.

Alimentação farta, rica e adequada durante todo o ano significa boa produção animal

O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO É FUNDAMENTAL EM PECUÁRIA — É PRECISO APROVEITAR, NA ÉPOCA DE ESCASSEZ DE FORRAGENS O QUE SE PRODUZ EM EXCESSO NA ÉPOCA CHUVOSA — A FENAÇÃO, UM DOS MAIS ANTIGOS PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO DE FORRAGEM — A SECAGEM DE FORRAGENS, O PROCESSO MODERNO PARA A PECUÁRIA DE HOJE. A PRESENÇA DE SECADORES DE FORRAGENS SIGNIFICA SUPRIMENTO DE ALIMENTOS DURANTE O ANO

É observação corrente que os mercados consumidores cada vez mais ávidos de alimentos, exigem crescente suprimento de carne, leite, e derivados.

Isto significa necessidade do desenvolvimento da pecuária que não pode mais ser conduzida em bases empíricas e irracionais.

O aperfeiçoamento da pecuária é uma contingência do momento.

Não se pode, entretanto, pensar em desenvolver e aperfeiçoar a pecuária, sem que antes se leve na devida consideração o problema da alimentação do gado.

É preciso que a pecuária seja conduzida criteriosamente, que os cuidadores adotem princípios racionais para que o rendimento per capita, na menor área possível seja o máximo e isso significa alimentação farta e adequada durante todo o ano.

Não se compreende que na época das águas haja fartura e até excesso de forragens e na época seca o gado definha, perca peso, fique menos resistente às condições adversas em virtude do enfraquecimento orgânico em virtude do regime de sub-nutrição a que é submetido.

O criador criterioso deve manter seus rebanhos convenientemente alimentados durante todo o ano e para isso é preciso que ele aproveite, racionalmente, o excesso de alimentos produzidos na época de fartura, para utilizá-lo no inverno.

A época de seca não deve significar, jamais, sub-nutrição para os rebanhos.

O criador deve ser, sobretudo, providente. Armazenar o que produziu em excesso para utilizar na época de escassez, deve ser sua preocupação permanente.

Agir de outra forma, como infelizmente temos feito, significa manter uma pecuária anti-econômica; é concorrer para que, cada vez mais se verifiquem grandes oscilações no abastecimento dos mercados; é acentuar cada vez mais a alta de preços na estação menos propícia à pecuária.

Os mercados exigem suprimentos sempre crescentes durante todo ano.

De há muito já se pratica fenação, isto é, a secagem ao ar livre, pelo sol e pelo vento, da forragem verde cortada, que se conserva assim, durante longo tempo.

Onde na época do corte da forragem as chuvas são abundantes, dificultando assim não só a fenação propriamente dita, mas, também, provocando a lixiviação do feno e, consequentemente diminuindo o seu valor nutritivo, o processo da secagem das forragens se impõe como uma necessidade de primeira ordem.

A secagem das forragens (Gramíneas e Leguminosas), por meios artificiais, através de secadores, é o processo moderno para obtenção de forragem seca, de alto valor nutritivo, conservando todas as vitaminas e sais minerais.

A forragem seca presta-se a ser ministrada aos animais:

- a — conjuntamente com a silagem;
- b — misturada com a mandioca, a batata-doce, etc.;
- c — como complemento da alimentação do gado depois de ter pastado e conseguido apenas algum pouco pasto verde no inverno;
- d — misturado com a farelada, no caso da ração de suínos, aves, etc.

Um outro aspecto interessante da produção de forragem seca é a facilidade do transporte (redução do volume a ser transportada e, consequentemente, o frete).

Esse aspecto é muito importante, principalmente entre nós, porque:

- a — os transportes são difíceis (às vezes não existe transportes suficientes para o escoamento de toda a produção agrícola de uma região;
- b — os fretes são relativamente altos.

Assim sendo, é também interessante a secagem artificial de produtos destinados à alimentação humana (raízes e tubérculos, frutos, hortaliças, etc.).

Existem vários tipos de secadores, entre os quais podemos citar:

- a — secadores móveis, de tambor, onde os produtos depois de secos são retirados e ao sair são diretamente ensacados. Com secadores desse tipo consegue-se secar, em 24 horas, 50.000 quilos de cereais, ou 5.500 quilos de forragem verde ou 6.000 quilos de batata.
- b — secadores de circulação rápida, destinados à produção de forragens verdes concentradas, dos quais existem vários tipos para a produção desde 900 até 7.500 quilos de forragem verde, por hora.
- c — secadores à turbinas, para secagem de frutos e hortaliças, especialmen-

te para fábricas de conservas, podendo secar de 5.000 a 10.000 quilos de frutas e hortaliças em 24 horas. Esse tipo de secador presta-se ainda para a secagem de outros produtos agrícolas como chá, sisol, cacau, soja, etc.

Conforme se verifica, é da mais alta importância o emprêgo de secadores nas propriedades agrícolas.

Em se tratando de forragem verdes (leguminosas, capins, milho verde, etc.), os secadores permitem a sua transformação em concentrados verdes, de alto valor nutritivo, ricos em proteínas.

Em se tratando de batata, beterraba, etc., consegue-se sua transformação em raspa de boa digestibilidade e de conservabilidade limitada.

No caso de cereais, a conservação é também interessante, pois, através da secagem eles conservam as suas qualidades de panificação.

Revestimento Irmãos Peixoto Ltda.

ENCARREGARAM-SE DOS REVESTIMENTOS EXTERNOS,
DO TAQUEAMENTO E DE OUTROS SERVIÇOS DA

CASA DA AGRICULTURA

AV. PRES. ANTONIO CARLOS, 207, 10.º, sala 1003-A — Tel.: 22-0513
RIO DE JANEIRO

ADICIONAIS SÔBRE OS PREÇOS DO SAL

Em sessão de 11 de março último, a Comissão Executiva do I. N. S. aprovou a seguinte Resolução (n.º 14/54), estabelecendo adicionais sôbre as tabelas de sal constantes da Resolução n.º 36/53:

"A Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acôrdo com autorização da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, resolve:

Art. 1.º — Ficam autorizados, para o sal fluminense, os adicionais de Cr\$ 1,00 e Cr\$ 0,50, respectivamente, para as embalagens de 60 kg. e 30 kg. de sal, constantes das tabelas ns. 1, 2, 4, 6 e 8 da Resolução n.º 36/53, de 21 de agosto de 1953.

Art. 2.º — Para o sal nordestino, constante das tabelas ns. 3, 5, 7 e 9 da referida Resolução n.º 36/53, ficam autorizados os adicionais de Cr\$ 2,40 e Cr\$ 1,20, respectivamente, para as embalagens de 60 kg. e 30 kg.

Art. 3.º — A infração ao disposto nesta Resolução será punida com a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 5.000,00, dobrada na reincidência (art. 7.º do decreto-lei n.º 5.077, de 11 de dezembro de 1942, publicado no "Diário Oficial" da República de 15 do mesmo mês e ano), sem prejuízo da aplicação de outras disposições penais que porventura couberem.

Art. 4.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

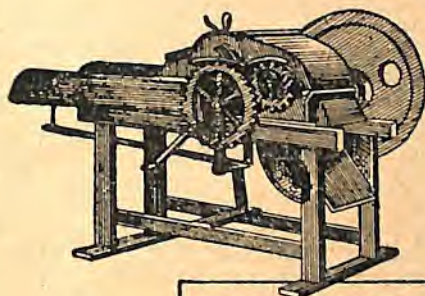
Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal,
em 11 de março de 1954. — (a) **Raul de Góes** — Presidente"

MAQUINAS PARA FORRAGENS

15 MODELOS DIFERENTES
PARA PICAR MOER TRI-
TURAR OU DESFIBRAR.



DESDE A POSSANTE ENSILADEIRA
AO PEQUENO CORTADOR MANUAL



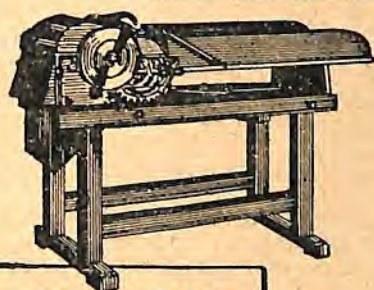
DESFIBRADOR



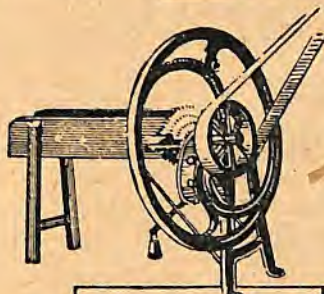
LIDER



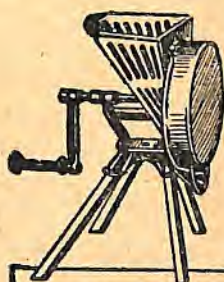
SKYLINE



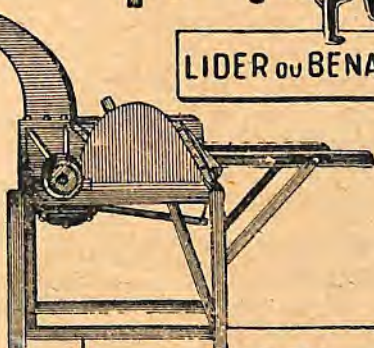
JUNQUEIRA



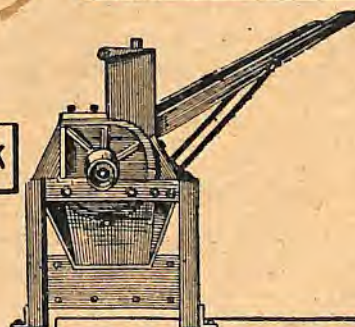
LIDER ou BENACK



GARÇA



TEPIRES



CORTADOR-DESINTEGRADOR
CONJUGADO

RIO DE JANEIRO R Teófilo Otoni, 81
SÃO PAULO Rua Florêncio de Abreu, 828
PORTO ALEGRE Av Júlio de Castilhos, 30
BELO HORIZONTE R Tupinambás, 364

JUIZ DE FÓRA - Rua Halfeld 399 — CURITIBA - Rua Dr Murici, 536

CIA. FÁBIO BASTOS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Notícias e Informações

II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE AGRONOMIA

Realizou-se, em 29 de março, a instalação do II Congresso Pan-Americano de Agronomia, na Estância de São Pedro, no Estado de São Paulo. As reuniões do referido conclave realizaram-se na Estância de São Pedro e na cidade de Piracicaba, com elevado número de congressistas.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO EM ALAGÓAS

O Ministério da Agricultura, em prosseguimento ao seu plano de reflorestamento e florestamento, acaba de assinar, com o Governo de Alagoas um plano visando o reflorestamento de áreas devastadas e a formação de florestas em novas áreas do referido Estado.

ECOS DA VIII REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO

De acordo com a comunicação feita durante a VIII Reunião da Comissão Técnica do Trigo, recentemente realizada, pelo conhecido geneticista Iwar Bekman, já dispomos de uma magnífica variedade de trigo, criada no Rio Grande do Sul, cujos resultados experimentais tem sido altamente auspiciosos. Trata-se da variedade "Colatana", cujas sementes ainda não estão sendo distribuídas aos triticultores.

II FESTA DA MAÇA

Realizar-se-á em Campos de Jordão Estado de São Paulo, a II Festa da Maça. No referido município existem 40.000 macieiras plantadas, das quais metade em produção.

XXI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS

Realizou-se em São Paulo, no Parque Agua Branca, a inauguração da XXI Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República e do Exmo Sr. Ministro da Agricultura.

CURSO AVULSO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Pela Portaria Ministerial n.º 158 de 8 de Fevereiro do corrente ano, o Sr. Ministro da Agricultura aprovou as instruções para o funcionamento de um curso Avulso de Inseminação Artificial que funcionará no Posto de Inseminação Artificial de Recife, Estado de Pernambuco.

CURSO AVULSO DE REVISÃO

Pela Portaria Ministerial n.º 249, de 19 de Fevereiro de 1954, o Sr. Ministro da Agricultura aprovou as instruções para o funcionamento, na Universidade Rural, do Curso Avulso de Revisão dos Programas do Concurso de Habilitação à matrícula nas Escolas da referida universidade.

I EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE NOVA IGUAÇU

Realizar-se-á em Agosto, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio, a sua I Exposição Agro-Pecuária, onde estarão representadas as principais riquezas agro-pecuárias do Estado Fluminense.

ESTATUTO DO CAFÉ NO PARAGUAI

De acordo com a recente Lei aprovada pelo Governo do Paraguai serão concedidas várias vantagens às sociedades e pessoas que se dedicarem à cultura do cafeeiro nas zonas declaradas aptas para a referida cultura. Entre as vantagens podemos citar as seguintes:

- a — liberação de direitos aduaneiros para a introdução de sementes de café destinadas ao plantio, para as máquinas agrícolas e demais implementos necessários.
- b — as terras destinadas à cultura de café ficam excetuadas de toda expropriação.
- c — os produtores ficarão com a vantagem de reterem, durante 15 anos, cinquenta por cento das divisas provenientes da exportação de café.
- d — isenção de pagamento de contribuições ao Instituto de Previsão Social, por cinco anos.
- e — facilidade, por parte das autoridades da entrada no país de pessoal técnico especializado para o desenvolvimento da cafeicultura.

SEMENTE DE JUTA

O Instituto Agrônomo do Norte acaba de contratar, para o corrente ano, a produção de 130 toneladas de juta destinada à região amazônica.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA BAHIA

Segundo os dados divulgados, a safra de mandioca no Estado da Bahia, relativa ao ano de 1953, foi retirada 1.980.537 toneladas, no valor de Cr\$ 699.130.000,00, representando uma área cultivada de 149.119 hectares. A



COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS S. A.

Produtos Agropecuários

B. H. C. — Em pó molhável e seco — Diversas concentrações

CARRAPATICIDA "Dominol" — Base BHC — Diluição 1:500

ÓLEO EMULSIONÁVEL "Dominol" — Base BHC (para combate às mósas do estábulo)

BERNECIDA em pasta — Base BHC

SARNICIDA "Dominol" — Base BHC

FORMICIDA MM33 — Base de Brometo de Metila e Bissulfureto de Carbono

Produtos Químicos Industriais

Ácido Clorídrico Comercial, pró-análise e isento de ferro — Ácido Su'fúrico — Bicarbonato de Sódio — Cloro Líquido — Cloreto de Cal — Cloreto de Cálcio — Cloreto de Sódio — Hipossulfito de Sódio — Hipoclorito de Sódio — Óxido de ferro vermelho — Soda Cáustica — Sulfato de Alumínio — Sulfato de Magnésio — Sulfato de Sódio — Nitrato de prata, etc.

Matriz — Rio de Janeiro:

Escritório: Av. Pres. Vargas,
446 - 20.º — Tels.: 23-0057 e
23-4838

Fábrica e Depósito: Av. Suburbana, 5106

Filial — Salvador - Bahia:
Rua Conde D'Eu, 4

safra, embora elevada é inferior a que verificava no ano de 1949.

FESTA DA LARANJA

Realizar-se-á em Agosto, durante a I Exposição Agro-Pecuária de Nova Iguaçu, a Festa da Laranja, que contará com o apoio do Posto Agro-Pecuário do referido município Fluminense.

VII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizar-se-á em Julho, na Universidade Rural a VII Semana do Fazendeiro, promovida pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

II REUNIÃO DE CONSULTAS AS COOPERATIVAS

Realizou-se em Maio, em Recife, Estado de Pernambuco a II Reunião de Consultas às Cooperativas promovida pelo Ministério da Agricultura através do Serviço de Economia Rural.

CURSO AVULSO DE CLASSIFICADORES DE MADEIRAS

Tiveram início em Abril, as aulas do Curso Avulso de Classificadores de Madeiras, promovido pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

SEGURO AGROPECUARIO

O Presidente da República sancionou o decreto que institue o seguro agropecuario destinado a preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de riscos que lhes são peculiares.

CRIAÇÃO DA ANCAR

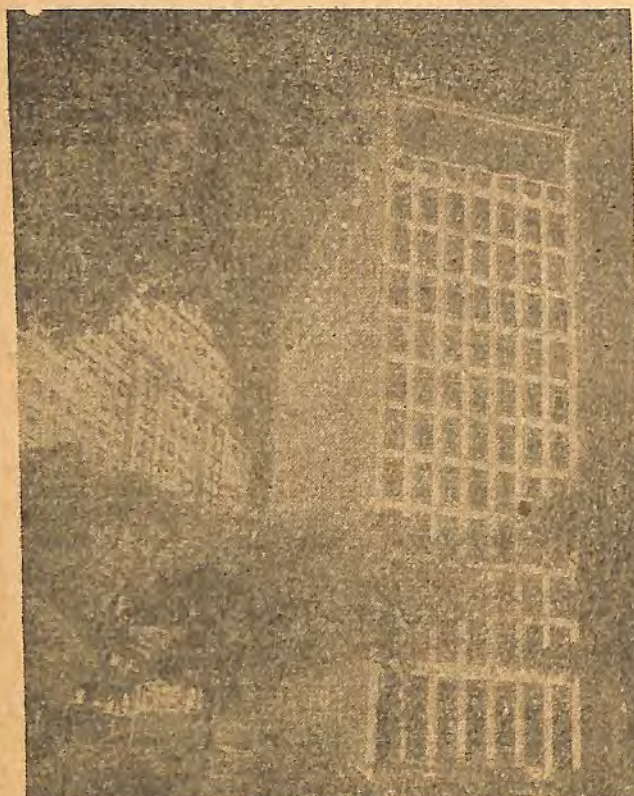
Está em estudos a criação da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), iniciativa conjunta do Ministério da Agricultura e do Banco do Nordeste, que conta com a colaboração do Banco do Brasil e dos Ministérios da Viação, Educação e Saúde. A ANCAR, realizará um serviço semelhante ao que a ANCAR vem realizando no Estado de Minas Gerais.

MAIS POSTOS AGRO-PECUÁRIOS

É desejo do Ministério da Agricultura instalar mais 118 Pontos Agro-Pecuários distribuídos pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santos, Goiás, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Piauí, Santa Catarina, Maranhão e Alagoas.

DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Agricultura estão registrados no Serviço de Economia Rural 921 Associações Rurais, congregando 132.898 associados.



Obras com cimento **MAUÁ...**



O novo edifício da Embaixada Norte Americana, recentemente inaugurada, destaca-se no conjunto arquitetônico do Rio de Janeiro pela suntuosidade e harmonia de suas linhas. A solidez de sua construção, foi assegurada com o emprego do cimento Portland "Mauá", que supera as especificações para o cimento Portland no mundo inteiro.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Rio de Janeiro.

Está o serviço de Piscicultura ultrapassando pela técnica moderna?

Rui Simões de Menezes

O Sr. PIMENTEL GOMES, agrônomo-jornalista, escreve no artigo "O Nordeste sem planejamento" ("Jornal do Comércio", Recife, 29-11-1953):

"O Serviço de Piscicultura experimenta e fomenta a piscicultura nos açudes. E, como se vê, um programa interessante mas incompleto, ultrapassado há muito tempo pela técnica moderna."

Fôsse o Sr. PIMENTEL GOMES especializado em Biologia Pesqueira e certamente teria brindado os técnicos de Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.) com os seus ensinamentos a respeito do que considera ele "técnica moderna". Provavelmente viria ele pôr em prática os seus aludidos ensinamentos, pois, nos dias correntes, há cardumes (permitam-nos a expressão adequada ao assunto...) de planejamento e planejadores faltando-nos os realizadores dos planos.

Sem embargo de negar ao Sr. PIMENTEL Gomes qualquer autoridade para formular a apreciação acima transcrita — uma vez que não é especialista em Biologia Pesqueira mostraremos, abaixo, que é inteiramente falsa a sua referida apreciação:

1 — Em 1952 e 1953, respectivamente, a F.A.O. (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — Roma, Itália) enviou bolsistas do Haiti (Dr. GARNIER) e da Guiana Inglesa (Dr. ALSOPP) para um estágio de aprendizagem no Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S. O Dr. ALSOPP, que possui o grau de "Master of Science pela Univ. de Wisconsin, U.S.A.", no seu relatório à F.A.O., após o aludido estágio, fez os maiores elogios ao nosso Serviço.

2 — O Dr. ALCIDES LOURENÇO GOMES, um dos maiores técnicos sul-americanos em Biologia Pesqueira e "Master of Sciences" pela Univ. de Michigan, U.S.A., declarou:

"O Serviço de Piscicultura já se tornou famoso pelas investigações que seus biólogos têm procedido e pelos sucessos na criação de peixes nacionais. Também relevantes tem sido os serviços prestados ao povo nordestino, com a criação de novas fontes de alimento e de riqueza, representadas pela pesca de

espécies como a pescada, o pirarucu, o tucunaré, o apaiari e a curimatã-pacu. mesmo tempo, numerosos problemas de piscicultura eram investigados, do que resultou um aprimoramento da técnica de criação de peixes, sem pará-lo em todo mundo. Por esta razão, é que o Serviço de Piscicultura, em menos de 20 anos, tornou-se conhecido em todo país e também no estrangeiro." ("Correio do Ceará", Fortaleza, 23-7-1952).

3 — Referindo-se ao Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S., escreve o Dr. HORACIO ROSA Jr., "Assistente Regional Fisheries Officer for Latin America, Fisheries Division F.A.O." (1951, "La FAO acomete problemas de piscicultura em la America Latina", Org. Naciones Unidas para Agric. y Aliment., Roma, setembro 1951):

"Entre os diferentes projetos de piscicultura em andamento na América Latina, o do Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.), no Brasil, se reveste de interesse especial pela importância do seu desenvolvimento."

4 — O biologista OSMAR FONTENELE, do Serviço de Piscicultura, foi convidado para dirigir, na Colômbia, um setor especializado de criação do Pirarucu, *Arapaima gigas* (Civier).

5 — O biologista RUI SIMÕES DE MENEZES, daquele Serviço, em agosto de 1950, foi convidado para dirigir, na Venezuela, um serviço de piscicultura (Ministério de Obras Públicas); e, em outubro de 1950, para dirigir um laboratório de estudos oceanográficos no mesmo país (Ministério de Agricultura y Cria).

6 — O mesmo biologista, de 18 de fevereiro a 14 de março de 1952, atuou como professor do curso "Utilización de las Peces de Agua Dulce" (Primer Centro Latinoamericano de Capacitación Pesquera — Valparaíso, Chile); e, em setembro de 1951, foi designado para representar o Brasil na Conferência convocada pela F.A.O. em Lima, Peru, "para acordar el establecimiento del Consejo Latinoamericano de Pesca".

7 — Escrevem GERALD V. HOWARD e

FILEEN R. GODFREY, da "Fisheries Division of FAO" (1950, "Fishery Research and Educational Institutions in North and South America", Washington, p. 81):

"A "División de Agroecología, Dirección de Obras de Riego, Ministerio de Obras Públicas, Venezuela, planeja estabelecer um serviço de piscicultura semelhante àquele que opera no Nordeste do Brasil."

8 — Salientou o Dr. EDGARD TEIXEIRA LEITE, do Conselho Nacional de Economia ("Correio do Ceará", Fortaleza, 8-5-1953).

"... o magnífico esforço pela piscicultura (Serviço de Piscicultura, D.N.O.C.S.) que é, no gênero, a maior organização da América do Sul."

9 — O Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S., conta com 213 trabalhos publicados no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, Alemanha e U.R.S.S. Recebe consulta do país e do estrangeiro (América do Sul e do Norte, Grã-Bretanha, etc.).

10 — O deputado federal ALENCAR ARARIPE, em discurso na Câmara dos Deputados, afirmou:

"Os açudes do polígono das secas podem ser considerados magníficas operações de emprêgo de capital, pois, somente a produção de peixe paga o preço da construção e passa a render elevados juros." ("O Povo", Fortaleza, Ceará, 1-6-1953).

11 — O jornalista J. STENIO LOPES ("Unitário", Fortaleza, Ceará, 26-6-1953) assegura:

"A não ser pela grande quantidade de pescado que têm fornecido, os açudes públicos do Ceará e da Paraíba não justificaram até o presente, em termos gerais, as vultosas quantias neles dispendidas."

A exposição acima prova que o jornalista agrônomo PIMENTEL GOMES não tem razão em afirmar que o Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.) — o primeiro no Brasil a efetuar marcação de peixe libertados em açudes, para avaliação de crescimento, migração, número de exemplares componentes do "stock" natural — está ultrapassado pela técnica moderna.

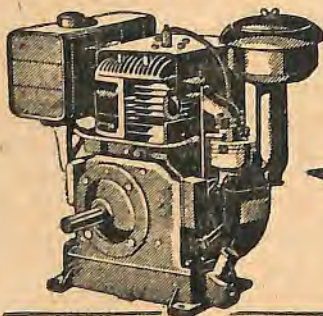
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

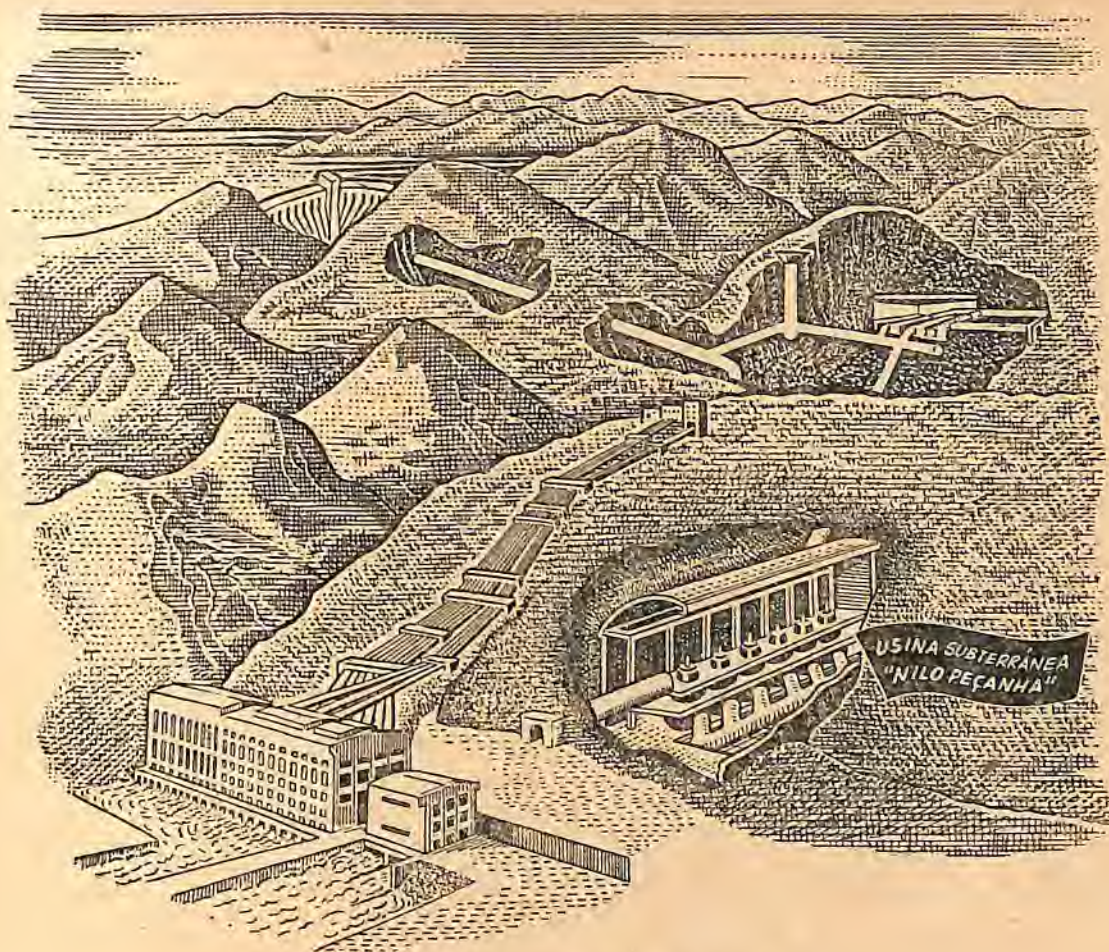
RIO DE JANEIRO

Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

Vaga Publicidade



“NILO PEÇANHA”

A PRIMEIRA USINA SUBTERRÂNEA A FUNCIONAR NA AMÉRICA DO SUL

A Usina Subterrânea Nilo Peçanha é parte integrante do grande projeto de expansão da Usina Hidro-elétrica de Ribeirão das Lajes, cuja construção foi iniciada em 1905.

O insigne estadista brasileiro, Dr. Nilo Peçanha, quando Presidente do Estado do Rio de Janeiro, promulgou, em 1905, a primeira lei sobre serviços de produção e distribuição de energia elétrica nesse Estado, proporcionando, assim, com a sua larga visão, os meios necessários para que o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal se beneficiassem com uma grande instalação geradora de energia elétrica,

que viria, posteriormente, desempenhar importante papel no ciclo de industrialização dessas duas unidades federativas.

A Usina Subterrânea Nilo Peçanha, fruto de arrojado empreendimento de engenharia, com o desvio de águas do Rio Paraíba para a vertente oceânica, permitirá, em sua primeira etapa, um acréscimo de capacidade geradora de 330 000 kW.

As três primeiras unidades dessa usina, com um total de 140 000 kW, já estão em operação, e as três seguintes deverão entrar em produção ainda durante o ano em curso.



MEIO SÉCULO A SERVIÇO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E DO DISTRITO FEDERAL

Sociedade Nacional de Agricultura

SOCIALISMO AGRÁRIO — EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE, PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Em reunião da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura o seu presidente, Professor Arthur Torres Filho, fez, sobre o socialismo agrário, a seguinte exposição:

"Sob o império das necessidades econômicas impostas pelas duas últimas e devastadoras guerras mundiais e diante das necessidades alimentares dos países densamente povoados, o Estado foi chamado a intervir na produção agrária para assegurar, no interesse comum, a intensificação da produção para colaboração estreita com os produtores dando-lhes assistência social, econômica e financeira. No dizer de Campre Morel já depois da guerra 14-18, com o objetivo de elevar a produtividade agrária as medidas, em alguns países da Europa já se cogitava de reformas agrárias com o parcelamento da terra. Entretanto, em alguns deles, como na França, essa subdivisão chegou a extremos tais, em certas regiões que se tornou necessário na opinião de economistas, que o reagrupamento, não se tornava possível alcançar o rendimento cultural e econômico satisfatório. Aliás quem procurou como nós, conhecer a estrutura agrária de países como a Itália, França e Bélgica pôde ter impressão exata da chamada agricultura familiar e de seus métodos rotineiros em face da agronomia moderna de que é paradigma a agricultura norte-americanas.

Como se observa na Europa entre os camponeses e outro tanto ocorre entre nossos pequenos agricultores cheios de boa vontade e do desejo de prosperar, faltá-lhes orientação e recursos para o melhoramento de suas propriedades e métodos modernos de cultivo e daí a necessidade de agremiá-los em associações rurais e núcleos rurais conforme preceitua o Decreto 8.187. Felizmente já se acham organizadas e orientadas pelo Serviço de Economia Rural cerca de mil associações rurais no País. Essa é que representa a reforma agrária de que carece a agricultura brasileira. Como salientava o Professor José Carneiro Felipe, Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 e o Professor Giorgio Mortara, Consultor Técnico, "o baixo rendimento em relação à área explorada e ao número de pessoas ocupadas é o característico mais evidente das atividades agro-pecuárias do Brasil".

E para aqueles que se fizeram reformistas da nossa estrutura agrária sem pesquisas cuidadosas será conveniente que atentem ainda nesta análise da estrutura da economia agro-pecuária do Brasil, segundo os dados do recenseamento de 1940 (infelizmente até ao mo-

mento não são conhecidos os dados do censo econômico de 1950) feita por Carneiro Felipe e Giorgio Mortara: "A classe mais importante é a dos estabelecimentos com exploração mista, agrícola e pecuária que abrange 59,53%, 47,25% da área, 63,43% do pessoal,"...% do valor dos estabelecimentos e contribui com 63,93% para o valor da produção".

Essa apreciação refere-se a 1.900.000 estabelecimentos abrangendo atividades agrícolas constituindo unidades econômicas autônomas mais incluindo-as quando acessórias atividade agropecuária e exercida no mesmo estabelecimento. A área total dos estabelecimentos recenseados aproxima-se de 200 milhões de hectares ficando assim cerca de 4 vezes maior do que a área dos estabelecimentos agropecuários da França em 1949 que excede 53 milhões de hectares e de duas vezes menor que a dos Estados Unidos que era de 429 milhões em 1840.

Como dado valioso ainda convém referir em relação aos resultados do censo agrícola de 1940 tão proficientemente analisados que o número de habitantes permanentemente ocupados nos estabelecimentos agropecuários ascendia de cerca de 10.500.000 dos quais cerca de 7.800.000 em idade de 15 anos e mais em comparação com cerca de 10 milhões de 14 anos e mais nos Estados Unidos. Em 1939 o valor dos estabelecimentos agropecuários estaria próximo de 30 bilhões de cruzeiros e o valor da produção desses estabelecimentos em 8 bilhões de cruzeiros.

É certo que quem examina e estuda os Planos de Trabalho do Ministério da Agricultura de 1952-1953 do Ministro João Cleofas verificará que S. Exa. em seus programas de trabalho, dentro da precariedade de recursos de que dispõe o Ministério da Agricultura sempre esteve atento em sua profícua administração em acudir e revigorar a nossa produção agrária. É bem certo que ao Ministério no preenchimento de suas altas funções terá de trabalhar em colaboração cada vez mais estreita com a classe rural tendo os serviços agrícolas descentralizados amparando e orientando as iniciativas particulares. O ensino agrícola e as pesquisas estão chamadas a um papel sempre mais relevante no melhoramento e progresso de nossa agricultura. Do ponto de vista social as massas de trabalhadores do campo estão a espera da educação rural e da assistência sanitária indispensável para tirá-las da instabilidade em que vivem.

Goiás arregimenta a sua classe rural

Quarenta e cinco Associações com existência legal funcionam no Estado — A Associação Rural de Trindade presta benefício

Até há pouco, ninguém acreditava, em Goiás, numa arregimentação das classes rurais. No entanto, ela, hoje, é uma vitoriosa realidade. Das quarenta e cinco associações rurais já fundadas no Estado pelo Sr. Joaquim Câmara Filho, presidente da FAREG, muitas delas estão em franca atividade, ora defendendo os interesses do homem do campo, ora encaminhando à zona rural os benefícios oficiais.

Ainda agora, foi destinada às já reconhecidas importância superior a dois milhões de cruzeiros. Exemplo desse trabalho temos no relatório que publicamos abaixo, encaminhado à FAREG pelo Sr. Ezequiel Fernandes Dantas, da Associação Rural de Trindade.

Apesar de ser uma associação rural ainda muito nova, destaca-se pelo interesse que vem tornando em favor do homem do campo daquela região.

O RELATÓRIO

“Senhores associados:

Na qualidade de Presidente da Associação Rural do Município de Trindade, eleito em 7 de fevereiro de 1953, para o triênio 1953-1956, cabe-me em primeiro lugar agradecer a vossa confiança em mim depositada, elegendo-me para tão honroso e espinhoso cargo. Espero, com a ajuda de Deus, cumprir fielmente os Estatutos, fazendo o possível para tornar a nossa Associação um autêntico órgão consultivo dos poderes públicos e um reduto de defesa e amparo da classe.

As nossas primeiras providências foram no sentido de conseguir o registro da Associação no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e o seu reconhecimento pelo Exmo. Sr. Ministro daquela importante pasta e bem assim a sua filiação na FAREG. Com a boa vontade do Dr. Joaquim Câmara Filho, digno e esforçado Presidente da FAREG, tudo foi feito com rapidez e boa vontade, tendo a nossa Associação sido registrada no Serviço de Economia Rural sob o número 673-S rie AR e reconhecida pelo Exmo. Sr. Dr. João Cleofas, por portaria de 17-4-1953.

Conseguimos com o Dr. Joaquim Câmara Filho, que ficasse à nossa disposição um dos tratores da FAREG, que deu grande impulso à lavoura mecanizada em nosso município, sendo atendidos diversos associados, graças à boa vontade dos Drs. Benedito de Oliveira, DD. Chefe do Fomento Vegetal em Goiás e o Dr. Júlio Brandão de Albuquerque, dinâmico Inspetor-Chefe da IRFPA, nesse Estado, que puseram à nossa disposição dois tratores, sendo o da FAREG e o de propriedade do vice-presidente da Associação, Sr. Hilton Monteiro da Rocha, sendo a área arada superior a 70 alqueires.

Conseguimos com o Dr. Júlio B. de Albuquerque, a instalação de um Posto de Monta Provisório, na Fazenda do Sr. Hilton Monteiro da Rocha, que gentilmente pôs à nossa disposição a área que fosse necessária, independente do pagamento. Existem naquele Posto quatro reprodutores, sendo um bovino guernsey, um equino árabe, um asinino catalã e um suíno Duroc Jersey, os quais têm coberto os animais de vários associados.

Trator pelo plano de cooperação: — Seguindo instruções do Dr. Konder, Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, requeremos um trator Hanomag ou outro qualquer e entretanto até o momento ainda não obtivemos uma solução satisfatória, contudo confiamos que, na primeira oportunidade, quando tivermos o prazer de um encontro pessoal com S. Excia. o Sr. Ministro Dr. Cleofas, seremos contemplados com um conjunto eficiente.

Casa Rural do Município de Trindade: — Conseguiamos com os Srs. vereadores e com o Sr. Prefeito Municipal, que fosse doado à nossa Associação o antigo prédio em ruínas onde funcionou o Grupo Escolar de Trindade. Com o Deputado Dr. Galeno Paranhos, em colaboração com o Deputado José Fleury, conseguimos uma emenda ao orçamento da República de 1954 de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), que foi aprovada e que se destinarão à adaptação e construção de nossa sede social, onde funcionará também a nossa Cooperativa de Crédito, sala para veterinária, local para guardar arreios e tanques para dar água aos animais de nossos associados residentes na zona rural.

Cooperativa Banco de Crédito Rural de Trindade de Resp. Ltda.: — Cumprindo a promessa que fizemos no dia de nossa posse, já fundamos a Cooperativa Banco de Crédito Rural de Trindade de Resp. Ltda. com o capital inicial de Cr\$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil cruzeiros) e 101 associados, a qual está fase de legalização e reconhecimento.

II Conferência Rural do Estado de Goiás: — Comparecemos à mesma e tomamos parte em todos os seus debates, fazendo parte de uma comissão, ao lado dos Srs. Joaquim Câmara Filho e José Augusto Curado.

Movimento Financeiro: — Tivemos uma receita de Cr\$ 5.240,00 e uma despesa de Cr\$ 3.895,00, existindo um saldo em caixa de Cr\$ 1.345,00 e contas a receber no total de Cr\$ 5.890,00, proveniente de mensalidades em atraso.

I Exposição Agro-Pecuária do Município de Trindade e I Semana Ruralista: — Estamos com a melhor boa vontade no sentido de realizarmos em 1954 a I Exposição Agro-Pecuária do Município de Trindade e bem assim a sua I Semana Ruralista, dependendo o seu êxito da cooperação dos Srs. vereadores, Sr. Prefeito Municipal, da FAREG e dos técnicos e da verba federal, que obtivemos.

Senhores associados: Cumprindo o que estabelece o artigo 16, letra i, relatei em ligeiras palavras o que fiz ou procurei fazer nos primeiros meses de vida da ARMT, a vós cabe julgar e criticar o pouco que fiz e o muito que poderia ter feito.

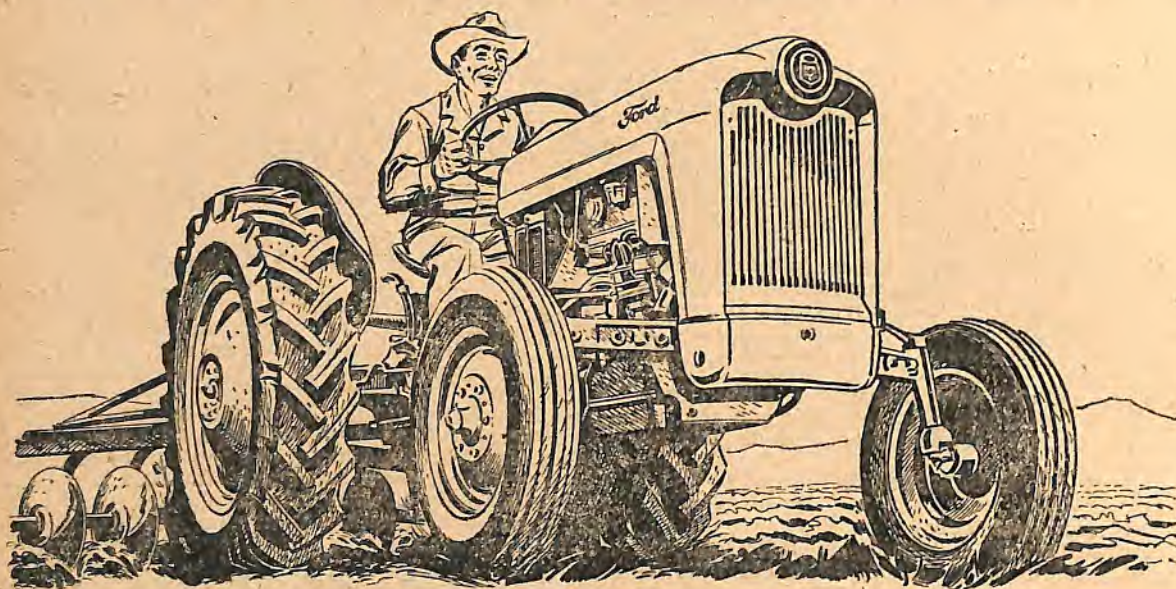
Ao encerrar este pequeno relatório, desejo consignar em nome da Associação Rural do Município de Trindade, o meu reconhecimento e agradecimento às seguintes pessoas: Dr. Joaquim Câmara Filho, Dr. Antonio de Arruda Câmara, Deputado Galeno Paranhos, Deputado José Fleury, Dr. Júlio Brandão de Albuquerque, Dr. Benedito de Oliveira, Prefeito Jonas Pires de Campos Júnior, Câmara Municipal de Trindade, Hilton Monteiro da Rocha, todos os companheiros da Diretoria da ARMT e a todos os associados que cooperaram comigo. — (a) Ezequiel Fernandes Dantas, Presidente da Associação Rural de Trindade.”



— O TRATOR MAIS VENDIDO NO PAÍS

apresenta

NOVO E APERFEIÇOADO MODÊLO



Feito para render mais...
sob as condições
brasileiras!

Aqui está o Novo Trator FORD! Além de importantes aperfeiçoamentos, traz aquela sua tradicional facilidade de manêjo... e aquela sua grande estabilidade! "Agarra firme" em qualquer terreno!

E para sua segurança...

Assistência permanente —
em todo o país!

Com êstes aperfeiçoamentos,
o Trator FORD rende mais
que qualquer outro!

Motor "Tigre Vermelho"! Com maior potência! É mais econômico, graças ao curso reduzido dos pistões.

Novo Sistema Hidráulico! Mais rápido, maior capacidade, velocidade regulável. Funciona mesmo com o trator embreado.

"Controlador de Serviço"! Para rendimento máximo. Registra horas de trabalho, rotações da polia, tomada de força etc.

PNEUS MAIORES! 11.00 x 28 traseiros e 5.50 x 16 dianteiros, possibilitando maior aderência e tração.

FORD MOTOR COMPANY — São Paulo

Confederação Rural Brasileira

Atividades dos meses de Fevereiro, Março e Abril

SESSÃO DA DIRETORIA DE 3-2-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg — Julio Ferreira da Silva — Alberto Ravache — Adamastor Lima — Sylvio da Cunha Echenique — Raul Cardoso de Melo Filho e Amaro Cavalcanti.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO NORDESTE

A propósito da projetada concentração Ruralista do Nordeste, que a Confederação pretendia realizar no Recife em 19/20 de março próximo por sugestão da Federação local será levada a efeito em maio, um pouco antes da conferência das classes produtoras de Santos.

REPRESENTANTE DA LAVOURA NA CACEX

A Cacex pediu a designação de um representante da lavoura, que será nomeado oportunamente, e o Sr. Iris Meinberg informa dos entendimentos que manteve com o Banco do Brasil a respeito da cobrança, contra a qual reclamam os agricultores, da taxa adicional de 1%, quando da renovação dos contratos de financiamento.

SÊLO NOS CONTRATOS COM AS COOPERATIVAS

O Sr. Sylvio Echenique pediu a intercessão da Conferência junto a esse estabelecimento a fim de que o mesmo cesse a cobrança de sêlo nos contratos com as Cooperativas, isenção essa que lhes é assegurado por Lei.

FAIXA DE FRONTEIRAS

O mesmo diretor pediu que a Confederação oficiasse ao Senado Federal pleiteando o andamento do projeto de Lei sobre Faixa de Fronteiras que, ivnda da Câmara lá se encontra desde 1952. A Lei em vigor desde a última Guerra, fica em 150 quilômetros essa faixa, o que então, era plenamente justificada como medida de segurança militar. No momento porém essa faixa considerada exagerada, causando inúmeros embaraços às populações fronteiriças, visto como tudo ali depende da Comissão que funciona nesta Capital.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Idêntica providência será tomada quanto ao Serviço Social Rural cujo Substitutivo,

aprovado e apresentado pelas Classes Rurais na II Conferência Rural Brasileira lá se encontra desde 1952, a despeito do interesse do Governo em proporcionar ao nosso homem do campo os benefícios que no diploma são propostos.

PRAGA DA LEBRE

O Sr. Sylvio Echenique levela aos presentes a gravidade que representa para a agricultura no Rio Grande do Sul a Praga da Lebre, para lá, levada da Argentina por alguns ingleses e que como todos sabem causa verdadeira devastações em alguns pontos do Território Gaúcho. O mesmo fenômeno se verifica na Nova Zelandia e na Australia, e também na França, onde foi empregado um vírus no seu combate, dizimando-a completamente. Sugere que essa providência seja adotado no Brasil por intermédio do Ministério da Agricultura.

JEEPS

O Sr. Iris Meinberg diz da sua atuação junto aos Ministérios da Agricultura e Fazen- da no que se refere a Importação de Jeeps pela Confederação, para distribuição aos Or- gãos locais da classe, que por sua vez atende- rão as necessidades dos lavradores e criado- res. Informa que o Sr. Oswaldo Aranha lhe prometeu uma solução até quinta-feira da próxima semana, depois de ouvida a Sumoc.

LEITE EM PÓ

O Sr. Alberto Ravache apresenta comple- to estudo versando a produção nacional do leite em pó, que hoje atinge a 17.500 tone- ladas. Mostra que essa produção basta ao nosso consumo e que somente em casos es- peciais deverá ser facilitada a entrada do si- milar estrangeiro. Esse objetivo, diz, tem sido alcançado de um modo geral através dos acórdos comerciais, em que tem atuado como representante da agricultura. São debatidos alguns assuntos de menor importância e apro- vada a estrutura dos departamentos técnicos da entidade, os quais se desdobrarão em tan- tas sub-diretorias quantas se tornarem neces- sárias dentro do vasto quadro dos nossos pro- blemas econômicos e rurais.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 10-3-54

Presentes os Srs. Josapht Macedo, presidente da Farem, Napoleão Fontenele, Dolor de Andrade, Raul

Cardoso, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Ferraz de Almeida, João Mauricio, Julio Ferreira, e uma delegação de pecuaristas do Brasil Central.

MANDATO DE SEGURANÇA CONTRA A COFAP

Após a discussão de algumas medidas de ordem administrativa, o Sr. Raul Cardoso passou a ler um projeto de mandato de segurança contra o Presidente da COFAP, a fim de que fossem considerados nulos os atos praticados por essa entidade após a demissão dos representantes da pecuária e da lavoura, ato contra o qual vem a Confederação recebendo centenas de telegramas das associações municipais e federações estaduais, que consideram estar a COFAP deliberando ilegalmente, pois que do mesmo não participam quatro elementos previstos na lei que a criou, e são eles: o representante da agricultura, dos economistas, dos pecuaristas e do próprio ministério da Agricultura. Ficou deliberado que a diretoria delegasse poderes ao Presidente para se entender com o Chefe do Governo, certa a Confederação, que foi sempre prestigiada por S. Excl., de que o assunto pode ser resolvido extra-judicialmente.

CONGELAMENTO DOS PREÇOS

O caso do congelamento dos preços foi também assunto de debate, tendo ficado resolvido que a Confederação se manifeste radicalmente contrária a tal medida, por impraticável, pois enquanto se pretende tabelar a produção agrícola, e elevar o salário mínimo, os materiais, sobretudo de importação, sofrem aumentos às vezes de 300%, pois que estão sujeitos a agios de câmbio variáveis. Essa manifestação será presente aos poderes públicos, documentadamente.

PORTARIA SOBRE A CARNE

A respeito da recente portaria sobre a carne, que as entidades de classe consideram ilegal, manifestou-se o Sr. Correia Marques, representante dos pecuaristas do Governador Valadares, dizendo que se a situação não for remediada, os pecuaristas ficarão de braços cruzados, com sérios prejuízos para o abastecimento, já que os preços estabelecidos para a venda do boi em pé não correspondem, no momento ao custo da produção.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 17-2-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg Josaphat Macedo — João Mauricio de Medeiros — Julio Ferreira da Silva — Kurt Repsold — Soasivo Vieira da Silva — Luiz Marques Poliano — Amara Cavalcanti — Napoleão Fontenelle — Raul Cardoso de Melo Filho — Acacio Gomes — Salvio Pacheco Chaves e Manoel Carlos de Almeida.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Vários assuntos de atualidade foram estudados, sobressaindo o referente à sindicalização rural, objeto de um longo memorial enviado ao Sr. Presidente da República, manifestando a apreensão das classes produtoras diante dos rumores e de certas providências do Ministério do Trabalho no sentido de "organizar", sob a direção de elementos suspeitos, sindicatos de empregados rurais, cujos objetivos, segundo o pensamento unânime dos presentes, outros não poderão ser senão só de provocar agitação nos meios rurais com grave ameaças à própria sobrevivência da Nação.

SALÁRIO MÍNIMO

Outros assuntos também focalizado na reunião foi o do salário mínimo. Havia sobre a mesa um parecer da FARESP, solicitada à filiação pela Confederação, e cujas conclusões serão divulgadas oportunamente. Foi ponto pacífico que o salário mínimo, nas bases propostas no momento, não é o resultado de estudos e cálculos matemáticos, mas uma solução política que está longe de consultar os altos interesses nacionais. É assim que foi assinalada a falta de assistência oficial à produção a ausência de medidas visando facilitar o crédito, o transporte e depois o barateamento da vida. Foram citados vários fatos em abono da afirmativa, sendo certo que 30% da safra de cereais da chamada bacia do Paraná se perderão, pois faltam armazéns, transporte e assistência financeira. A Confederação entende que o salário mínimo deve ter uma correspondência em outras medidas, e estas, apesar de acenadas ou prometidas, não estão sendo postas em prática. Um representante do Paraná informou que assistiu à venda de feijão na região de Apucarana por 10 cruzeiros o saco, e isto por si só define a situação que nem sempre chega ao conhecimento da população.

CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS

A respeito do café, ficou resolvido que a Confederação tomasse posição contrária ao gesto que considera inamistoso, por parte do governo dos Estados Unidos, oficializando a campanha que se processa naquele país contra o consumo do nosso principal produto. Outras providências foram tomadas face à próxima realização da Conferência de Caracas, onde o assunto terá de ser debatido.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 24-3-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg — Kurt Repsold — Josaphat Macedo Flavio da Costa Brito — Humberto Moura — Napoleão Fontenelle — Lucio Lemos — A. Aayal dos Santos — Francelino França — Stoessel de Brito — Soasivo Vieira ad Silva — Nemercio V. Lemos — Luiz Marques Poliano — Raul Cardoso de Melo Filho — Sylvano Alves da Rocha Loures — Alpheu Domingues e Manoel Carlos Ferraz de Almeida.

COMISSÃO CONSULTIVA DOS ACÓRDOS COMERCIAIS

O Sr. Alberto Ravache, representante da Entidade na Comissão Consultiva dos Acórdos Comerciais, comunicou a orientação que vem sendo seguida ali face à optaria 70 da SUMOC.

MOMENAGEM A IMPRENSA

O Sr. Iris Meinberg prestou homenagem à imprensa escrita e falada, agradecendo a cooperação que tem prestado às atividades da Confederação.

REPRESENTAÇÃO DA CLASSE NA COFAP

Voltou à rodem do dia o caso da COFAP, ficando resolvido que a Confederação, independentemente de iniciativa do presidente daquele órgão, indicará, de acôrdo com a lei, em lista triplíce, os nomes que deverão ser submetidos ao Sr. Presidente da República para representantes da lavoura e da pecuária no plenário daquele órgão. Para a atividade da lavoura foi aprovada a seguinte lista: Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Flavio da Costa Brito e Julio Ferreira da Silva; para a pecuária, Mario de Almeida Franco, José de Albuquerque Lins e João Rodrigues da Cunha. Ficou também resolvido, visto que considera a Confederação que a COFAP está deliberando com seu plenário desfalcado de pelo menos 4 membros que a integram, conforme preseltua a lei, quais sejam os representantes da lavoura, da pecuária, dos economistas e do Ministério da Agricultura, impetrar mandado de segurança, a fim de serem considerados nulos todos os atos emanados da Comissão de Prêços a partir da data da demissão dos ditos representantes.

REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DA PARAIBA

O professor Alfeu Domingues foi credenciado para representante permanente da Federação das Associações Rurais da Paraíba junto à Confederação.

PREÇO DO LEITE

A questão do preço do leite, segundo o último tabelamento da COFAP, nos efeitos em relação ao produtor, será objeto de inquérito nos Estados do Rio, Minas Gerais, e São Paulo, a ser imediatamente promovido pela Confederação.

PREÇO DO BOI DE PE

O Sr. Iris Meinberg disse que o trabalho elaborado pela comissão de pecuaristas foi encaminhado pelo Sr. Helio Braga, tendo sido o preço da arroba do boi em pé, segundo consta, ajustado em Cr\$ 198,00.

FÉCULA DE MANDIOCA

O Sr. presidente, depois de ouvidos vários

diretores a respeito do preço da fécula de mandioca, resolveu convidar o Sr. Diogenes Caldas, presidente da Extinta Comissão Executiva da Mandioca, e perfeito conhecedor da matéria, a fim de, na próxima reunião, esclarecer a diretoria a respeito.

VALE DO PARAIBA

Por indicação da Sociedade Nacional, da Agricultura, a Confederação estudará um plano de recuperação do Vale da Paraíba, visando do paarelha-lo com a eletrificação rural. O Sr. Kurt Repsold informa sobre os trabalhos que vêm sendo executados, á giusa de plano-piloto no vale do Rio Una tributário do Paraíba, em virtude de acôrdo entre o Ministério da Agricultura e o Escritório Técnico da Agricultura Brasil-Estados Unidos. O Professor Adamastor Lima, que tem estudos a respeito do financiamento de um plano de eletrificação rural, será oportunamente ouvido a respeito.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 7-4-54

Presentes, além de outros os Srs. Israel Pinheiro, Ormeu Junqueira Botelho, Albuquerque Lins, Waldemar Rupp, João Mauricio de Medeiros, Napoleão Fontenelle, Humberto Moura, Salvio Pacheco de Almeida Prado, Francelino Franca Junior, Kurt Repsold, Alberto Ravache, Cerqueira Lima Alfeu Domingues.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO NORDESTE

Ficou estabelecida a data de 10 a 13 de maio para a Concentração Ruralista do Nordeste, em Recife. Esta concentração, e as do Norte, Leste e Sul, serão preparatórias da III Conferência Rural Brasileira, a reunir-se em São Paul este ano.

CACEX E C. C. A. C.

Os Srs. Raul Cardoso e Alberto Ravache, representantes da agricultura, respectivamente, na Cacex e na Comissão dos Acórdos Comerciais, deram conta do seu trabalho aqueles órgãos, tendo o Sr. Raul Cardoso informado que aprovou, na última reunião, sob condição, a nova classificação de material de importação, de interesse da agricultura.

APLICAÇÃO DOS AGIOS

O Deputado Israel Pinheiro discorreu longamente a respeito da aplicação dos ágios cambiais em proveito da agricultura, sendo essa a parte da reunião que mais interessou, porque nela se envolviam assuntos diretamente ligados ao melhoramento das condições na produção, de acôrdo com a promessa do governo, em face da nova orientação cambial, em vigor.

SILOS E FRIGORIFICOS

A questão da construção de silos e fri-

goríficos foi objeto de estudo especial, como meio de vir o governo em auxílio da agricultura.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO

A mensagem do governo ao Congresso estendendo ao homem rural a legislação trabalhista foi outro tema de grande relevo, tendo sido resolvido que se pedisse ao órgão ed classe estaduais a sua manifestação a respeito, a fim de que a Confederação apresente a sua colaboração ao Congresso, por ocasião da discussão da matéria.

DISTILARIAS DE ALCÓOL ANIDRO

O parecer da FARESP sobre o projeto n.º 4.101, que autoriza o executivo a financiar a construção de destilarias de álcool anidro, teve a sua discussão transferida para a próxima reunião.

CONFERÊNCIA DE CARACAS

O Sr. Sylvio de Almeida Prado, que foi o representante dos cafeicultores, por indicação da Confederação, na Reunião de Caracas, apresentou o seu relatório verbal. A este respeito, fará a Confederação um resumo especialmente destinado ao conhecimento da classe. Ficou também deliberado que a Confederação pleiteará a representação da classe na próxima reunião de Estados produtores de café, a reunir-se em New York, a 19 do corrente.

PREÇO DO LEITE

O Sr. Albuquerque Lins discorreu sobre a questão do preço do Leite, em face das exigências do Ministério da Agricultura, no reaparelhamento das usinas, o qual consumirá pelo menos 500 mil cruzeiros para cada uma. Mostrou a dificuldade em que se encontram os produtores, em face da resistência da COFAP em lhes dar o preço recomendado pelo próprio Ministério, afirmando que, no reajustamento ultimamente adotado pela COFAP, apenas os intermediários foram beneficiados. O Presidente mostrou a impossibilidade em que se encontra de pleitear qualquer assunto junto à COFAP, enquanto o seu plenário não estiver legalmente constituído, como no momento.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 28-4-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Kurt Repsold, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Flavio da Costa Brito, Fabio Yassuda, João Maurício de Medeiros, Alfeu Domingues, Alberto Ravache, Acacio Gomes, P. A. de Cerqueira Lima, Moacyr Pavageau, Luis Marques Poliano, Raul Cardoso de Melo Filho, F. R. Siqueira Netto, Waldemar Rupp, Amaro Cavalcanti, Francelino Bastos França, Maria Izabel Tibirica e Soasivo Vieira da Silva.

DELEGAÇÃO C. R. B. DO NORDESTE

Foi designada a delegação que representará na Concentração Ruralista do Nordeste,

a realizar-se no Recife, de 8 a 10 do próximo mês de maio, a qual será constituída dos seguintes: Dr. Iris Meinberg, e Senhora, Dr. Raul Cardoso de Melo, Dr. Fonseca Lima, jornalistas Marques Poliano e Braulio Guimarães, além de assessores e pessoal administrativo.

SEMENTES DE BATATA

A questão da importação de sementes de batata, importada pelo comércio não especializado, e que possivelmente será desviada pelo consumo em face da nossa grande safra, foi outro assunto e que merecerá as providências da Confederação.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO

A parte da ordem do dia referente à extensão da legislação trabalhista aos meios rurais, ocupou a atenção de muitos oradores, dentre os quais os Srs. Cerqueira Lima, da Bahia, Iris Meinberg, Alfeu Domingues, Alberto Ravache, Ferraz de Almeida e outros. O Presidente, resumindo o ponto de vista dominante, declarou que a mensagem presidencial não concedeu nenhum direito ao trabalhador do campo. Existe na Constituição preceito que poderá ser regulamentado, e é isto o que deverá ser feito, pois a concessão de férias e outras vantagens já foram concedidos ao homem do campo, faltando, apenas, a respectiva regulamentação. Além disso, o Serviço Social Rural, que se acha paralizado no Senado, poderá vir a ser, uma vez promulgado, o passo mais avançado que se poderia dar em relação às necessidades do nosso trabalhador agrícola. O Sr. Kurt Repsold estranhou que, no ante-projeto, toda a massa trabalhadora fique sob a direção do Ministério do Trabalho. O Sr. Alberto Ravache se referiu a uma lei de 1908, que instituiu a carteira do trabalhador rural, e que ainda hoje existe em São Paulo, prestando homenagens ao seu idealizador, o então ministro da Viação, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

APLICAÇÃO DOS ÁGIOS

A aplicação dos ágios, de acordo com a nova política cambial, no desenvolvimento da agricultura, está sendo objeto de estudos, e um ante-projeto elaborado pelo Sr. Ministro da Fazenda deverá regular a sua aplicação. A respeito, teve o Sr. Iris Meinberg entendimento com o Sr. Ministro da Fazenda, fazendo-lhe algumas sugestões, que serão ampliadas em estudo a ser oferecido, a respeito, ao governo.

ACÓRDO BRASIL - ARGENTINA

O Sr. Alberto Ravache discorreu longamente a respeito do acordo comercial Brasil-Argentina, deixando sobre a mesa a contra-proposta daquele país, para ser estudado pelos interessados, de vez que amanhã será decidido o assunto na Comissão dos Acordos Comerciais do Itamarati. Ainda o Deputado Francelino França tratou da questão das quatro usinas para utilização da mandioca na industrialização do álcool, existentes no Estado do Rio, mostrando as dificuldades em que a matéria se encontra.

A lavoura e a nova política

IMPORTANTE E OPORTUNO DISCURSO DO SR. ARTHUR LEITE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Na sessão da Assembléia Legislativa do dia 1.º do corrente o sr. Arthur Leite, focalizando a atitude da Confederação Rural Brasileira, negando-se o seu presidente a assinar um manifesto contra a política financeira do ministro Aranha, pronunciou o seguinte discurso:

SR. PRESIDENTE — Está tendo a mais viva e favorável repercussão nos meios ruralistas do país a atitude do presidente da Confederação Rural Brasileira, negando-se a subscrever um manifesto do comércio e da indústria — intitulado das classes produtoras contra a atual política econômica e financeira do governo federal. Justificando sua decisão e acertada deliberação, declarou o digno presidente daquela entidade rurícola: "A lavoura e a pecuária que são as atividades beneficiadas pelo novo regime cambial, não têm motivo para solidarizar-se com qualquer movimento do comércio e da indústria contrário à política econômica-financeira consubstanciada no Plano Aranha, e, além disso, é preciso que se abra um divisor de águas entre os interesses daquelas atividades e os dos produtores rurais. As classes comerciais não podem ser consideradas como produtoras, uma vez que executam apenas esses serviços. As classes produtoras são constituídas pelos agricultores, pecuaristas e industriais.

O Sr. Renato Mesquita — Como não sei se se pode afirmar isso. Em Economia Política, o ato do comércio é um ato de produção, mesmo porque, quanto à colocação de bens mais úteis ao consumo, implica em produtividade. O comerciante realiza atividades que aumentam essa produtividade; se, em conjunto, constitui ou não uma classe produtora, o assunto, realmente, comporta dúvida.

O SR. ARTHUR LEITE — A classe comercial funciona, como muito bem diz aqui o Presidente da Confederação Rural Brasileira, como classe auxiliar das classes produtoras, que são a agricultura e a indústria.

O Sr. Relato Mesquita — O ato do comércio é um ato de produção também.

O SR. ARTHUR LEITE — Mas sob esse aspecto a que já me referi.

As classes produtoras rurais não são mais caudatárias do comércio e da indústria.

Nunca se disse tanto, Sr. Presidente, em

tão poucas palavras, no momento em que pretendem indebitamente misturar os interesses da agricultura com os do comércio na luta em que este se empenha pelo restabelecimento de uma política econômica que o favorece nos seus designios mas que, através do tempo, tanto concorreu para o estrangulamento da economia lavourista. Pela primeira vez, neste país, a abandonada e desorientada classe agrícola demonstrou que começa a ter governo a conhecer o que lhe convém e disposição de luta para ocupar o lugar que lhe compete no comando da economia nacional, que deve ser posta para a felicidade dos brasileiros, no sentido dos seus superiores interesses.

Eu me congratulo, Sr. Presidente, com a Confederação Rural Brasileira, pela atitude digna, sensata e sobretudo patriótica do seu ilustre presidente.

*
* *

É no campo, Sr. Presidente, onde labutam 80% da população brasileira, que se manipulam os elementos básicos da economia nacional. Do precioso labor dessa considerável colmeia dependem todas as demais atividades econômicas, tais como o comércio e a indústria — desde o varejista mais modesto até o sapateiro remendão e toda espécie de artesanato; as classes liberais e seus assessores etc. etc., que constituem as células formadoras dos aglomerados humanos. É, pois, a agricultura a base econômica das comunidades e, portanto, o substrato da estabilidade social que é apanágio do regime em que vivemos. E tanto isso é verdade que, atuando ela como o centro vital da economia nacional, toda vez que entra em crise, os seus reflexos se fazem logo sentidos em toda a periferia — que são as demais atividades, entre as quais já enumeramos as principais. Isso se observa nas grandes como nas pequenas cidades. Naquelas — porque vivem também

das atividades industriais — ou fenômenos pertinentes são, via de regra, muito mais sensíveis porque dão lugar ao terrível problema social do desemprego oriundo naturalmente da queda do consumo da produção em razão da diminuição do poder aquisitivo do grande comprador que é a agricultura; e nessas, porque funcionam elas, como é óbvio, como entidades auxiliares. A propósito, vemos agora o governo de Eisenhower às voltas como o seríssimo problema (para os Estados Unidos...) originado da baixa dos preços dos produtos rurais, locais, e que é de tão somente 12%, e a elevação de apenas 1% nos preços dos produtos de consumo dos lavradores americanos. Naquele extraordinário país, onde os poderes públicos dão à agricultura o destaque merecido, a economia agrícola — pela sua transcendental importância no equilíbrio social da nação — fato como esse preocupa seriamente o governo que vê nisso o prenúncio de séria ameaça às atividades econômicas nacionais, mormente em se tratando de país superindustrializado, pois, "como é lógico, quando as zonas rurais não compram, as populações urbanas sofrem". Também todos ali são acordes em que o melhor mercado para a produção nacional em geral, ainda é o próprio país.

Nós, Sr. Presidente, que sempre assistimos nas cidades de Ilhéus e Itabuna, principais centros cacauzeiros do Estado, conhecemos os estragos que as periódicas crises do cacau têm causado na economia em geral daquelas localidades. E muito acertadamente dizia o ilustre ex-governador Otávio Mangabeira, quando no governo se via em crise de receita consequente das degringoladas do cacau — que a impressão que ele tinha, quando os preços do cacau caíam, era de que, por isso, até os bondes desta capital ficavam ameaçados de parar, tal era a influência do produto na economia do Estado.

Inverter essa ordem econômica natural e universal, dentro do regime democrático, significa trabalho de lesa nacionalidade. É impossível subverter o sistema sem se alterar, antes, a ordem política. O que é, entretanto, verdadeiramente chocante é que, as classes que negam tudo à agricultura em proveito próprio, não encontram meios de subsistência noutro regime que não seja o democrático em que respiramos. Essas classes desenvolvem entretanto, no momento, paradoxalmente, um dos maiores movimentos de opinião da história deste país, por intermédio da imprensa, com o propósito deliberado de torpedear modestas vantagens que a atual política econômica do governo, por intermédio do Plano Aranha, achou de justiça conceder à nossa dessanguada agricultura, representadas por subsídios de Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00, por dólar da exportação. Pretende-se o restabelecimento do negregado regime de CEXIM que levou à lavoura nacional à ruína, dando lugar a um rol enorme de gravosos, e a economia nacional à insolvabilidade, agora aquela vengonheira, para os nossos brios, de termos penhorados, nos Estados Unidos, parte das nossas reservas metálicas, ali depositadas, para pagamento de saques provenientes de bijou-

terias importadas pelo nosso comércio. Nessa volúpia de importar — que é o que se pretende reinstaurar — chegamos a dever ao estrangeiro, sem cobertura, é lógico, cerca de dois bilhões de dólares, ou sejam a bagatela de quarenta milhões de contos de réis, diferença que corresponde precisamente ao que compramos além do que vendemos no período de dois anos, apenas. Obrigamos o nosso governo a recorrer ao crédito no exterior, pagando juros elevados, para atender a essa orgia de importação. Tudo isso era comprado na base do famigerado dólar oficial de Cr\$ 18,38, arrancados à desgraçada agricultura. E como se tratava de um verdadeiro cavar ouro porque as importações ficavam quase de graça e possibilitavam lucros astronômicos aos seus felizes importadores, então

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.:
33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

se registava uma verdadeira corrida a negócios tão pingues e fáceis.

O Plano Aranha veio moralizar e disciplinar esse imenso absurdo, origem da fortuna de uns poucos e de calamidades para o resto do país. Sua essência é simples, prática ou lógica. Por ele só podemos comprar no exterior valor correspondente ao de nossas vendas, porisso que as dívidas obtidas, em razão da nossa exportação, são vendidas em leilões ao comércio interessado em importar. Ai não há favoritismos nem discriminação. Para neutralizar-se os desmandos da importação, sempre condicionada ao egoísmo mercantilista, estabeleceu-se, como era natural, certas categorias de produtos essenciais para os quais reservaram-se maiores disponibilidades de divisas a preços mais baixos. Como o comércio importador vinha antes nos anteriores regimens, comprando a dolar de Cr\$ 18,38 e vendendo, no país, as suas importações calculadas na base de dolar de cambio livre ou negro, ou seja um valor de mais ou menos Cr\$ 50,00, ficando com esse excepcional subsidio, deliberou o dito Plano oficializar, no novo regime, um subsidio já conhecido para a dessangrada agricultura a fim de que se reabilite. O antigo regime, como se vê, tinha duplo aspecto nefasto: Empobrecia a Nação, liquidando as suas reservas, desbaratando o seu crédito e a endividando; arruinava a agricultura que, como já vimos, constitui a base

da economia nacional e ameaçava, porisso, a ordem social.

A alegação (daqueles que querem a revolução do Plano Aranha) de que o novo regime está concorrendo para o encarecimento do custo da vida, no país, não tem nenhuma consistência, pois, como é sabido e como já foi dito, nenhum importador, no antigo regime, calculava suas importações para distribuição no país na base do custo do dolar pelo qual importava e que era de Cr\$ 18,38, mas comumente na base do dolar no Câmbio Livre que variava entre Cr\$ 35,00 e Cr\$ 50,00.

Dentro do novo critério o dolar está a preços muito mais baixo, já computado o subsidio para a lavoura. Como pode estar concorrendo, pois, o Plano Aranha, para o encarecimento da vida?

A alegação de que essa nova política econômica está estrangulando as indústrias nacionais, também não tem nenhuma procedência. Não sendo justo que importemos mais do que exportamos, lógico que devem elas se ajustar a tão salutar princípio. O que não seria justo era o país sacrificar-se para possibilitar a permanência ou a existência de certos ramos das nossas atividades que se criaram e se desenvolveram em condições ruins para outros setores básicos da nossa economia e que só assim podem viver. Destarte, para satisfazê-los teríamos antes que sujeitar toda a nossa economia à sorte daquele muito conhecido cavalo do inglês...

*
* *

A prosperidade e o bem estar da agricultura devem ser sempre motivo de grande satisfação para as demais atividades caudatárias. A agricultura é o sustentáculo do comércio e da indústria, quer como grande consumidora quer como produtora de meios de pagamento para as importações essenciais àquelas atividades, moimento, quando se tratam de indústrias como as nossas, cujos produtos, comumente, só dispõem de um único mercado que é o do próprio país. Não podemos, por conseguinte, compreender o paradoxo de se situarem essas em posição antagônicas ou mesmo indiferente no que diz respeito a todas as iniciativas que visem o benefício das atividades rurais que são, indubitavelmente, o eter em que vivem aquelas outras. Só um individualismo cego ou um egoísmo desmedido poderiam levar o comércio e a indústria a atitudes tão estapafúrdias e contraproducentes porque militam, no fundo, como se vê, contra os seus próprios interesses e de toda a coletividade. E cediço e de todo mundo conhecido o axioma segundo o qual "não podem existir comércio e indústria prósperos sem uma agricultura também próspera".

A lavoura nacional lutou e sofreu muito para que pudesse desfrutar das regalias atuais. Estou certo de que ela lutará muito mais se for necessário, para conservá-las e até mesmo melhorá-las. Disso ninguém tenha a mais mínima dúvida. Ela tem a faca e o queijo na mão: são os frutos do seu labor que pode ter o destino que a sua indignação determinar. E eles são o plasma da vida do organismo econômico nacional.



GRANJA GUANABARA

INSPECIONADA PELA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL DO MIN. DA AGRIC.
RECOMENDADA PELA SECRET. DA AGRIC. DO E. DO RIO
FORNECEDORA DA SECRET. DA AGRIC. DA PREFEITURA DO D.F.

CRIADORES DE

"NEW HAMPSHIRE" A RAÇA PRODIGIO

"PLYMOUTH ROCK BARRED"

"LIGHT SUSSEX" (INGLESA)

"LEGHORN" (HANSON'S E KAUDER'S)

PERUS GIGANTE "BROAD-BREAST-BRONZE"

VENDEMOS

PINTOS de 1 DIA a Cr\$ 8,00

GARANTIMENTE SÁDIOS, VIGOROSOS E PRECOZES

OVOS DE INCUBAÇÃO dz Cr\$ 45,00

FRANGUINHAS DE 8 SEMANAS a " 40,00

" 12 " " 60,00

FRANGAS EM INÍCIO POSTURA a " 100,00

REMETEMOS

pintos e ovos via aérea. Descontos para quantidades.

CONSULTE-NOS

sobre seus problemas avícolas; com prazer lhe daremos a n/ solução; suas perguntas não nos incomodarão.



SÃO BENTO

ESTR. RIO PETROPOLIS • ESCRITÓRIO RIO • R. ROSARIO, 158-A TEL 52-8799

Consultas

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira — Redator Técnico de "A LAVOURA".

A SOMBRA E A JABOTICABEIRA

Respondendo ao Sr. B. S. R., nosso consórcio do Estado do Rio, temos a esclarecer:

- a — a jaboticabeira demora muito para produzir. Com um pouco de paciência o consórcio soboreará as jaboticabas que tanto anseia.
- b — a meia sombra em nada prejudica as jaboticabeiras. Não é essa a causa da não frutificação das mesmas. A jaboticabeira é, mesmo, considerada uma fruteira de sub-bosque.

UMA PRAGA DA LARANJEIRA

De acordo com os sintomas que nosso consórcio A. C. B., do Estado do Espírito Santo, trata-se, sem dúvida da "ferrugem da Laranjeira". As manchas características são produzidas por um ácaro. Como meio preventivo contra o aparecimento das manchas aconselhamos pulverização com calda sulfocálcica enquanto os frutos são pequenos (3 centímetros de diâmetro).

ALFACE REPOLHUDA

Esclarecendo ao Sr. M. R., nosso consórcio de São Paulo, informamos que as variedades de alface repolhuda mais preferidas pelos horticultores são a alface Rainha de Maio, Quatro Estações e Sem Rival.

CONTRÔLE DA EROSÃO

Respondendo ao Sr. J. M., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais informamos que entre os capins mais empregados para os cordões de vegetação destinados ao combate à erosão, são os seguintes: capim elefante, capim cidreira, capim gordura, capim chorrão, etc.

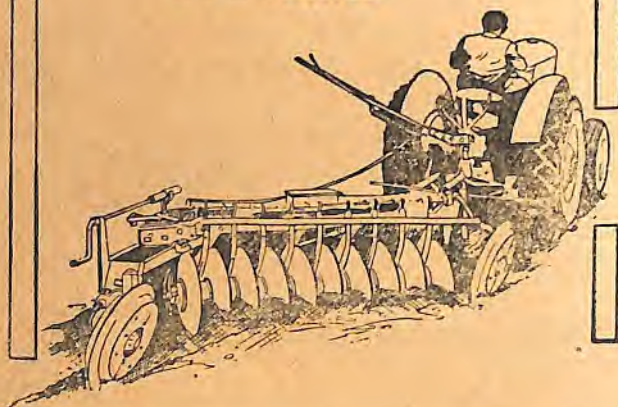
CALDO BORDALEZA

Satisfazendo ao Sr. N. O. P., nosso consórcio do Estado do Rio, informamos que já existem no mercado produtos à base de sulfato de cobre para o preparo da calda bordaleza e que, realmente é uma prática recomendável as pulverizações preventivas com esse fungicida nos tomates.

implementos agrícolas

EBERHARDT

- Grades
- Arados
- Semeadeiras
- Enxadas rotativas
- Cultivadores



- Fabricados na Alemanha com aço de tempera especial, de grande resistência, e desenhados especialmente para atender a todas as exigências de cultivo do solo brasileiro.
- Para tração mecânica ou animal.
- Para suspensão hidráulica.
- Entrega imediata.

Em futuro próximo, os implementos
EBERHARDT serão fabricados
no Brasil



UM SÉCULO DE EXPERIÊNCIA

EBERHARDT

AGRÍCOLA E INDUSTRIAL LTDA.

Av. Pres. Vargas, 435-14.º and. - C. P. 5272 - Tels.: 43-1855 e 43-3500
End. Telegr. Eberhardt - Rio de Janeiro

Em qualquer época os tratores e implementos OLIVER são imprescindíveis ao agricultor.

Sim, os tratores e implementos OLIVER reúnem todos os requisitos técnicos, de construção e alta qualidade de material, indispensáveis para executar satisfatoriamente as árduas tarefas da lavoura dentro dos prazos disponíveis.

OLIVER fabrica implementos para todas as operações agrícolas, sempre com as características que lhes proporcionam o máximo de rendimento.

OLIVER

O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS



Além de tratores e implementos agrícolas, a OLIVER fabrica ainda tratores de esteiras para terraplenagem, que em conjunto com lâminas, terraceadores, Scrapers etc., alcançam inigualável produtividade.

CONSULTE O NOSSO DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE - B. HORIZONTE
RECIFE - SALVADOR - PELOTAS - NITERÓI - VITÓRIA - MARILIA

Instituto Brasileiro do Café

Departamento de Divulgação

1. Concurso de monografias sobre temas de café

EDITAL

O Departamento de Divulgação, devidamente autorizado pelo sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café (I. B. C.), realizará, em 1954, o seu I CONCURSO DE MONOGRAFIAS, destinado à escolha de originais para a série "INSTRUÇÕES PARA CAFEICULTORES".

I. Temário e prêmios:

SEÇÃO I — PRÊMIOS DE CR\$ 30.000,00

1. "Organização da Fazenda de Café"
 2. "Formação de Nova Lavoura de Café"
 3. "Trato da Lavoura de Café"
 4. "Adubação do Cafezal"
- Limite máximo de páginas (originais): 250.

SEÇÃO II — PRÊMIOS DE CR\$ 20.000,00

5. "Conservação do Solo"
 6. "Irrigação do Cafezal"
 7. "Pragas e Doenças do Cafeeiro"
 8. "Colheita e Preparo do Café"
 9. "Produção da Muda de Café"
 10. "Assistência Social na Fazenda de Café"
 11. "Contabilidade na Fazenda de Café"
- Limite máximo de páginas (originais): 200.

II. Condições Gerais do Concurso:

1. — Qualquer pessoa pode participar deste concurso, concorrendo a quantos prêmios quiser, bastando subordinar-se às suas condições, estando, porém, excluídos os servidores em exercício no I. B. C.

2. — A inscrição é feita com a entrega dos originais, datilografados a 2 espaços (22 x 33 cm.) e assinados com pseudônimo; em envelope fechado, colocarão nome e endereço completos, identificando-o, por fora, com o pseudônimo adotado. O prazo, improrrogável, para a recepção dos originais, no Departamento de Divulgação, termina no dia 31 de agosto de 1954.

3. — O julgamento dos originais, a cargo do Departamento de Divulgação, será feito até o dia 30 de outubro de 1954. Homologado esse julgamento, pelo Presidente do I. B. C., o Departamento de Divulgação participará, imediatamente, seu resultado apenas aos candidatos vitoriosos, após a sua identificação; não serão identificados os candidatos não premiados. Será feita, também, divulgação da lista de candidatos vitoriosos, pela imprensa e qualquer recurso em torno dos resultados do concurso somente poderá ser apresentado até 30 (trinta) dias após essa divulgação.

4. — A série "INSTRUÇÃO PARA CAFEICULTORES" constará de publicações destinadas à orientação dos cafeicultores do Brasil. Os originais precisarão, por isso, conter o máximo de informações úteis; serão, também, eliminados os que não atenderem às seguintes condições:

- a) redação clara, simples, concisa e precisa; correção de linguagem;
- b) exatidão científica dos dados, informações, exemplos, etc.;
- c) orientação objetiva, excluídas as referências ou citações alheias ao tema escolhido; e
- d) submissão às condições ambientais do País.

5. — Não haverá devoluções de originais, mas os concorrentes não premiados poderão divulgar livremente os seus trabalhos.

6. — Os concorrentes premiados cederão ao Instituto Brasileiro do Café os direitos autorais dos seus trabalhos, em documento público que declare o valor da cessão e o limite de 30.000 (trinta mil) exemplares para tal cessão. O lançamento de novas edições do trabalho, pelo I. B. C., dependerá do entendimento entre o autor e o Departamento de Divulgação, visando a atualização da publicação, mediante nova remuneração.

7. — Para o recebimento dos prêmios que lhes couberem, os candidatos vitoriosos terão de fornecer as fotografias ou sugestões para os desenhos necessários à ilustração dos seus trabalhos; pelo menos a metade dessas ilustrações terá de ser original. Não serão pagos, outrossim, os prêmios dos concorrentes que se negarem a alterar os originais de acordo com as sugestões dos julgadores.

8. — Cada concorrente premiado terá direito a receber, gratuitamente, 100 exemplares do trabalho de sua autoria.

9. — Encerrado o concurso e havendo ou não premiação em um ou mais temas, o I. B. C. poderá, a critério exclusivo do Departamento de Divulgação, adquirir originais não premiados, mediante condições a serem estabelecidas com os seus autores; o valor da remuneração, pela cessão dos direitos autorais, será, porém, obrigatoriamente, inferior ao dos prêmios correspondentes.

10. — O Departamento de Divulgação — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Rua Sacadura Cabral, 208, RIO DE JANEIRO, D. F. — orientará os candidatos ao concurso, prestando-lhes as informações de que necessitarem, inclusive fornecendo (a pedido dos interessados) os esquemas básicos dos temas.